

CARTA EDUCATIVA
DO
CONCELHO
DE
SANTA MARIA DA FEIRA

versão definitiva



santa maria da feira câmara municipal



FUNDAÇÃO
MANUEL LEÃO

FICHA TÉCNICA

Título	Carta Educativa do Concelho de Santa Maria da Feira
Autores	Francisco Jacinto [coord.], Fundação Manuel Leão; Nelson Costa [colab.], Pelouro da Educação da Câmara de Santa Maria da Feira
Composição	Paulo Amadeu
Entidade Contratante	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Entidade Contratada	Fundação Manuel Leão
Local e Data	Santa Maria da Feira, Agosto de 2005

ÍNDICE DA CARTA EDUCATIVA DE SANTA MARIA DA FEIRA

	Página
1 Introdução	1
2 Breves notas sobre o concelho	7
3 Caracterização demográfica do concelho de Santa Maria da Feira	9
3-1 Evolução da população residente	9
3-2 Projeções da população residente	14
3-3 Distribuição da população no concelho	17
3-4 População residente por escalões etários	19
4 Caracterização social do concelho de Santa Maria da Feira	29
4-1 Estruturas Familiares	29
4-2 Níveis de ensino e formação da população residente em Santa Maria da Feira	31
5 Caracterização económica do concelho de Santa Maria da Feira	36
5-1 Taxas de Actividade e de Desemprego	36
5-2 Distribuição por sectores de actividade	37
5-3 Mobilidade	40
5-4 Empresas com sede no concelho	41

Página

6	Caracterização educativa do concelho de Santa Maria da Feira	45
6-1	Breve enquadramento: O sistema educativo	45
6-2	Indicadores educacionais do concelho	48
6-3	Oferta e procura da formação escolar em Santa Maria da Feira	51
6-4	Educação pré-escolar	52
6-5	1º Ciclo do ensino básico	66
6-6	2º e 3º Ciclos do ensino básico	75
6-7	O ensino secundário	79
6-8	Escolas Especializadas de Musica	84
6-9	Ensino Superior	85
6-10	Centros Escolares de Formação Profissional	86
6-11	Projectos e programas educativos concelhios	89
7	Síntese do diagnóstico	95
8	Medidas propostas	102

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Análise por Agrupamento de Escolas e por Freguesia

Anexo 2 – Frequência dos estabelecimentos de educação pré-escolar, entre 1999 e 2005

Anexo 3 – Frequência das escolas de 1º ciclo, entre 1999 e 2005

Anexo 4 – Frequência das escolas de 2º e 3º ciclos, entre 1999 e 2005

Anexo 5 – Frequência das escolas de ensino secundário, entre 1999 e 2005

Anexo 6 – Legislação

ÍNDICE DOS GRÁFICOS DA CARTA EDUCATIVA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Gráfico		Página
1	Evolução da população residente no concelho de 1981 a 2002	9
2	Varição percentual da população residente, 1981 a 1991 e 1991 a 2001	10
3	Crescimento populacional, saldos natural e migratório, entre 1991 e 2001	11
4	Distribuição percentual da população residente por freguesia, 1981, 1991 e 2001	14
5	Evolução da população residente entre 1960 e 2001 e previsão para 2011	15
6	Densidade populacional, das freguesas de Santa Maria da Feira, em 1981, 1991 e 2001	18
7	Evolução do índice de envelhecimento entre 1981 e 2001	21
8	Índices de dependência para 1981, 1991, 2001	22
9	Pirâmide etária do concelho, 1981, 1991 e 2001	23
10	Distribuição das famílias clássicas de Santa Maria da Feira por número de elementos constituintes, 1981, 1991, 2001	30
11	Nível de ensino atingido, em percentagem, pela população residente em Santa Maria da Feira, Entre Douro e Vouga, Norte e Portugal, 2001	33
12	Distribuição da população activa por sector de actividade – freguesias, 2001	39
13	Número de empresas sedeadas no concelho por CAE-rev2 em 31/12/2002	42
14	Número de empresas da indústria transformadora com sede no concelho segundo a CAE-rev.2 em 31/12/2002	44

Gráfico	Página
15 Distribuição dos alunos, em Santa Maria da Feira, em 2004/2005	52
16 Estabelecimentos de educação pré-escolar, em 2004/2005, segundo a sua natureza	53
17 Frequência do pré-escolar, em 2004/2005, segundo o tipo de estabelecimento	54
18 Evolução da Taxa de pré-escolarização em Santa Maria da Feira, entre 1999 e 2004	56
19 Taxas de pré-escolarização, em 2004-2005, por freguesia	58
20 Evolução do número de crianças a frequentar o pré-escolar em Santa Maria da Feira, entre 1999/2000 e 2004/2005	59
21 Distribuição Percentual dos educadores de infância por idades	64
22 Distribuição percentual do pessoal auxiliar por idades	65
23 Evolução do nº de alunos no 1º ciclo no concelho de Santa Maria da Feira	70
24 Evolução da frequência do 2º ciclo do ensino básico no concelho de Santa Maria da Feira	76
25 Evolução do nº de alunos do 3º ciclo no concelho de Santa Maria da Feira e da população nele residente, com idades entre os 12 e 14 anos	77

INDICE DE TABELAS DA CARTA EDUCATIVA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Tabela		Página
1	População residente nas freguesias de Santa Maria da Feira em 1981, 1991, 2001	13
2	Projecção da população residente por freguesia para 2011	16
3	Densidade populacional em 2001	17
4	População residente por escalões etários 1981, 1991, 2001	19
5	Variação percentual por escalões etários 1981 a 1991, 1991 a 2001	20
6	Variação percentual da população residente por freguesias e escalões etários, 1991 a 2001	25
7	Estrutura etária da população residente por freguesias, 1991 a 2001	26
8	Índices de envelhecimento e de dependência por freguesia, 1991, 2001	28
9	Nível de ensino atingido pela população residente no concelho por sexo, 2001	31
10	Nível de ensino atingido pela população residente no concelho por escalões etários em percentagem, 2001	32
11	Taxas de analfabetismo, 1991, 2001	34
12	Níveis de ensino atingidos pela população residente por freguesias em percentagem, 2001	35
13	População activa e taxas de actividade e desemprego, concelho, 1991 e 2001	37
14	População activa e empregada de Santa Maria da Feira por sectores de actividade, 1991 e 2001	38
15	Estrutura comparada do emprego por sectores de actividade, 2001	38

Tabela	Página
16 Destino para outros concelhos das viagens da residência para o local de trabalho, em percentagem	40
17 Empresas sedeadas segundo a CAE-Rev.2 em 31/12/2002, em percentagem	42
18 Empresas da indústria transformadora sedeadas segundo a CAE-Rev.2 em 31/12/2002, em percentagem	43
19 Quadro comparativo de alguns indicadores de escolaridade, em 2001	49
20 Variação do número de escolas e da frequência dos diferentes segmentos de ensino entre 1999/2000 e 2004/2005, em Santa Maria da Feira	51
21 Distribuição dos jardins-de-infância da rede do Ministério da Educação, em Santa Maria da Feira, segundo o número de salas em funcionamento, em 2004/2005	54
22 Distribuição dos jardins-de-infância privados, em Santa Maria da Feira, segundo o número de salas em funcionamento em 2004/2005	54
23 Jardins-de-infância por área de agrupamento e frequência no ano lectivo 2004/2005	55
24 Crianças inscritas em 2004/2005 no pré-escolar em Santa Maria da Feira, por idades, e taxas de pré-escolarização	60
25 Evolução do número de crianças envolvidas no Programa de Apoio à Família (PAF)	61
26 Número de crianças do pré-escolar, por freguesia, que utilizam o serviço de refeição dos jardins-de-infância	62

Tabela	Página
27 Distribuição percentual dos educadores de infância pelo tempo de ligação de ligação ao actual jardim-de-infância	64
28 Distribuição percentual do pessoal do pré-escolar pelo tempo de ligação de ligação ao actual jardim-de-infância	66
29 Escolas do 1º Ciclo, de propriedade pública, de Santa Maria da Feira, por freguesia, respectiva capacidade, nº de salas e nº de turmas	67
30 Nº de escolas do 1º ciclo em função do nº de salas disponíveis	68
31 Número de escolas em função das turmas constituídas, no ano lectivo 2004/2005	68
32 Freguesias com escolas de 1º ciclo equipadas com refeitório, biblioteca ou que dividem instalações com o pré-escolar e com outras bibliotecas públicas	69
33 Alunos matriculados por ano lectivo no 1º ano de escolaridade e no 1º ciclo	70
34 Taxa de insucesso do 1º ciclo por ano de escolaridade, em 2003/2004	71
35 Caracterização do corpo docente do 1º ciclo do ensino básico público, em Santa Maria da Feira, no ano lectivo 2004/2005	73
36 Caracterização do pessoal não docente do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005	74
37 Alunos matriculados nas escolas que leccionam 2º e 3º ciclos do ensino básico, em 1999/2000 e 2004/2005	78
38 Alunos matriculados nos cursos Gerais, Tecnológicos e Profissionais	81
39 Frequência, em 2004/2005, das escolas de música reconhecidas pelo Ministério da Educação	84

1 - Introdução

A educação constitui um dos pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. Não é possível pensar em desenvolvimento, crescimento e bem-estar sem que todos os que compõem a colectividade possuam os instrumentos básicos que lhe permitam intervir de uma forma activa no esforço que conduz ao avanço conjunto.

Se é verdade que a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, que potencializa o aproveitamento das capacidades de cada indivíduo, também é verdade que a educação conjunta de uma comunidade eleva exponencialmente a possibilidade de aproveitamento desses meios.

Pela educação os cidadãos tomam consciência dos valores que dão consistência ao meio social em que é pretendido que se insiram e treinam a interacção com o grupo de que fazem parte. Todos os elementos que compõem um grupo necessitam de interagir concertadamente entre si para fruir o desenvolvimento que vão construindo, para criar riqueza que seja colocada ao serviço de todos e para preservar o meio, que rodeia a comunidade, propiciando condições para o seu bem-estar.

É responsabilidade de cada geração preparar os instrumentos necessários para que os que vêm a seguir consigam uma fácil integração social. É através da educação que cada geração deixa à geração seguinte o seu legado mais rico, a sustentabilidade para o seu desenvolvimento.

No actual estado de desenvolvimento da nossa sociedade cabe ao Sistema Educativo, no qual é integrada uma parte substantiva assente na organização escolar, fornecer uma quota importante daqueles instrumentos.

Mas se o desenvolvimento social a todos interessa, então a todos tem de interessar o modo como se educam os cidadãos. Assim como não pode haver um desenvolvimento completo da comunidade sem que todos os seus membros possuam as condições para um desempenho correcto do seu papel social, também não é possível ter condições de obter uma boa educação e formação sem a intervenção da comunidade envolvente. E nesta intervenção a comunidade aproveita para “crescer”.

A educação é, pois, um esforço que não pode de modo algum ser individual mas, interessando a todos e todos tendo que intervir, dilui os papéis de “actores” e de “espectadores”.

A sociedade portuguesa tem visto o seu desenvolvimento marcado por uma organização fortemente centralista em que o aparelho de estado tem tendência a minorizar as capacidades que as comunidades locais possuem para provocar o seu desenvolvimento e com isso contribuir para o desenvolvimento do país.

A capacidade de intervir, de decidir, de melhorar as condições de desempenho social em vez de incentivadas têm sido, na maior parte das vezes, combatidas. No entanto, ao longo dos últimos anos, pouco a pouco, as comunidades locais têm vindo a alcançar, mais por esforço próprio do que por benesse do poder central, um papel cada vez mais importante no seu desenvolvimento, o que, naturalmente, se repercute também na educação e nas responsabilidades que assumem no sistema educativo.

Este aumento de responsabilidades das comunidades locais no desenvolvimento do sistema, acompanha o crescimento da abrangência do sistema educativo, em que é visível o aumento do número daqueles que dele beneficiam directamente e o alargamento do horizonte temporal em que ele incide.

Neste quadro de maior importância das comunidades locais, o papel activo dos municípios, de uma forma concreta, tem vindo a alterar-se profundamente. Hoje já não se trata apenas de assegurar a gestão dos transportes escolares, cujas competências em matérias de organização, financiamento e controle lhes tinham sido atribuídas em 1984, pelo decreto-lei n.º 299/84 de 5 de Setembro, nem de gerir refeitórios e participar nas despesas da educação nos sectores pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, competências reguladas pelo decreto-lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro, nem de construir, apetrechar e manter os edifícios ou gerir pessoal não docente destes níveis de ensino, Lei n.º 155/99 de 14 de Setembro.

Trata-se, também, de intervir de uma forma mais intensa no ordenamento da rede educativa¹ e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projecto de desenvolvimento e promoção dos cidadãos e da comunidade.

Em 2003, a publicação do decreto-lei n.º 7/2003 no dia 15 de Janeiro trouxe, do ponto de vista legal, novas responsabilidades para as comunidades educativas locais, cujo alcance dependerá do aproveitamento que cada uma fizer dos instrumentos definidos na lei e de um modo especial do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa.

CARTA EDUCATIVA

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos,

¹ A Rede Educativa é a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, de forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos (artigo 13º do decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro)

no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município (Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003).

Durante muitos anos apenas se registavam, numa “Carta Escolar”, os edifícios escolares existentes e se listavam aqueles que faltava construir.

Com o correr dos tempos, foi verificada a ineficácia de um planeamento estático e evoluiu-se para conceitos de análise dinâmica, inserindo a situação de cada comunidade isolada num contexto mais largo de território educativo e tendo em consideração o seu desempenho numa janela temporal alargada.

Assim, o papel da Carta Educativa não se pode esgotar nessa simples inventariação das infra-estruturas educativas disponíveis e da constatação das lacunas existentes. Deve ter, para além disso, um papel importante na avaliação do desempenho da comunidade no seu todo, e de cada uma das partes que a constitui, e no traçado de caminhos que aproveitem e ampliem os sucessos que vão sendo alcançados e corrija os insucessos detectados.

A Carta Educativa deve permitir adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, tendo sempre em vista o papel da educação como instrumento de desenvolvimento. Deve ser um documento que, de uma forma estruturada, permita racionalizar os meios existentes, adaptando-os às necessidades concretas e tendo em atenção a valorização do papel das comunidades educativas que integram o concelho e os projectos educativos de cada uma.

Por outro lado, a Carta Educativa tem de ser um documento vivo. A sua existência pressupõe o entendimento consciente de que o desenvolvimento social de uma população só é possível através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura. Para isso deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência, nomeadamente através do processo de

agrupamento de escolas que criem condições para uma boa gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

No fundamental, o que se pretende é criar as condições para que aqueles que vivem no concelho possam aceder facilmente aos equipamentos educativos, permitindo a cada um aproveitar todas as suas capacidades, de modo a construir um melhor projecto de vida.

A Carta Educativa é, ainda, um documento de contratualidade para os parceiros locais, interessados na educação e formação, entre si e com o Estado. Como tal, a Carta Educativa deve conter não só um diagnóstico da situação educativa e formativa, e não apenas a escolar, da região que abrange, mas também os possíveis cenários de desenvolvimento. Deve ser, portanto, um instrumento que fundamente uma política educativa concelhia.

Considerar o documento como um instrumento prático de apoio ao desenvolvimento, significa ainda que, para além de um documento inicial contemplando os aspectos já referidos, deverá também contemplar uma avaliação dinâmica que permita corrigir trajectórias de desenvolvimento. Deve ser considerado numa dupla perspectiva: como produto, temporalmente finalizado, e como processo, assumindo-se em permanente construção e renovação.

Em resumo, a Carta Educativa deve ser um documento que permita aos responsáveis:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades de actuação;
- Optimizar os recursos consagrados à educação;

- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

A Carta Educativa tem que conter, para além da identificação a nível municipal dos equipamentos e recursos humanos educativos disponíveis e das ofertas formativas do concelho, as respostas adequadas às necessidades do redimensionamento da Rede Escolar educativa da área abrangida, adaptando a cada caso concreto as orientações nacionais e regionais definidas pelo Ministério da Educação.

A Carta Educativa não se limita apenas a considerar a rede de estabelecimentos propriedade do Estado, deve contemplar também os estabelecimentos de educação e ensino privados, cooperativos e da rede solidária. Por outro lado, deve ter em atenção central as competências que são, nos termos da lei, expressamente entregues às autarquias, nomeadamente nas áreas da acção social escolar, conservação dos edifícios da educação pré-escolar e 1º ciclo, dos transportes escolares e o apoio a projectos de desenvolvimento sócio-educativo.

A estrutura escolhida para o documento que agora se apresenta, consagra uma primeira parte na qual se pretende dar uma visão global do concelho do ponto de vista geográfico, demográfico, social e económico, sendo, em seguida, feito o balanço da situação educativa com particular atenção à oferta educativa e formativa e à frequência dos diferentes níveis de ensino.

Desenhado o quadro existente e efectuado o diagnóstico da situação, serão propostas algumas acções tendentes a melhorar a situação.

Numa fase posterior será apresentada uma metodologia de monitorização e de avaliação das acções a implementar.

2 – Breve notas sobre o concelho

O concelho de Santa Maria da Feira pertence ao distrito de Aveiro, tendo como vizinhos os concelhos de Arouca a este, Vila Nova de Gaia a norte, Espinho e Ovar a oeste e S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis a sul.

Com uma área de 215,2 Km² e uma população residente, segundo o último censo de 2001, de 135 964 habitantes, o concelho é composto por trinta e uma freguesias: Argoncilhe, Arrifana, Caldas de S. Jorge, Canedo, Escapães, Espargo, Fiães, Fornos, Gião, Guizande, Lobão, Louredo, Lourosa, Milheirós de Poiares, Mosteirô, Mozelos, Nogueira de Regedoura, Paços de Brandão, Pigeiros, Rio Meão, Romariz, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, S. João de Vêr, S. Paio de Oleiros, Souto, Travanca, Vale e Vila Maior.

No concelho existem vários núcleos populacionais importantes, organizados em treze vilas e três cidades.

As vilas são: Argoncilhe, Arrifana, Caldas de S. Jorge, Canedo, Lobão, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Rio Meão, Santa Maria de Lamas, São João de Ver, São Paio de Oleiros e Souto.

As cidades são: Fiães, Lourosa e Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira integra já a Área Metropolitana do Porto e dista desta cidade cerca de 20Km, sendo a ligação assegurada por diversas vias rápidas.

As actuais fronteiras do concelho só ficaram estabelecidas em 1926 quando terminaram as divisões sucessivas do território conhecido por Terras de Santa Maria (assim nomeado em 868 por Afonso III de Leão e Astúrias)².

Surge em 977 a primeira referência à *Civitas Sanctae Mariae*, futura cidade de Santa Maria da Feira.

Em 1117 aparece, pela primeira vez a identificação da Feira com Santa Maria e em 1284 o selo do Concelho da Feira.

Em 1514, por foral de D. Manuel I, a Feira é reconhecida como “cabeça da Terra de Santa Maria”.

Santa Maria da Feira apresenta traços de povoamento antigo. Ao longo do tempo, a sua situação geográfica privilegiada e a sua fácil acessibilidade originaram a fixação ou a passagem pelo território de populações de origem variada³. Estas condições estratégicas impuseram-na como importante ponto da fronteira entre os territórios muçulmano e cristão.

Fundamental na génese da Feira foi o seu Castelo, edificado no século X, local de intenso comércio.

Para a identidade do concelho importa referi-lo como palco das lutas pela fundação da Nacionalidade.

Na actualidade, é de referir os movimentos migratórios, nomeadamente na segunda metade do século XX, em direcção ao Brasil, e na Europa à França e Alemanha.

² Às Terras de Santa Maria correspondem hoje os concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Gondomar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia.

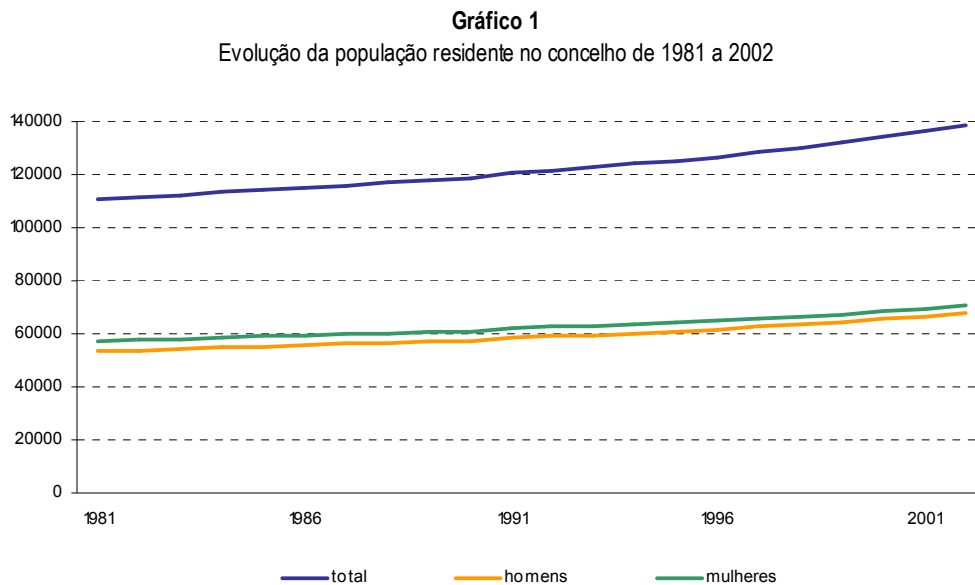
³ Celtas, Romanos, Árabes, Neogodos

3 – Caracterização demográfica do concelho de Santa Maria da Feira

3.1. Evolução da População Residente

A população do concelho de Santa Maria da Feira, recenseada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2001, atingiu 135.964 indivíduos, correspondendo a mais de metade da população do NUT III Entre Douro e Vouga.

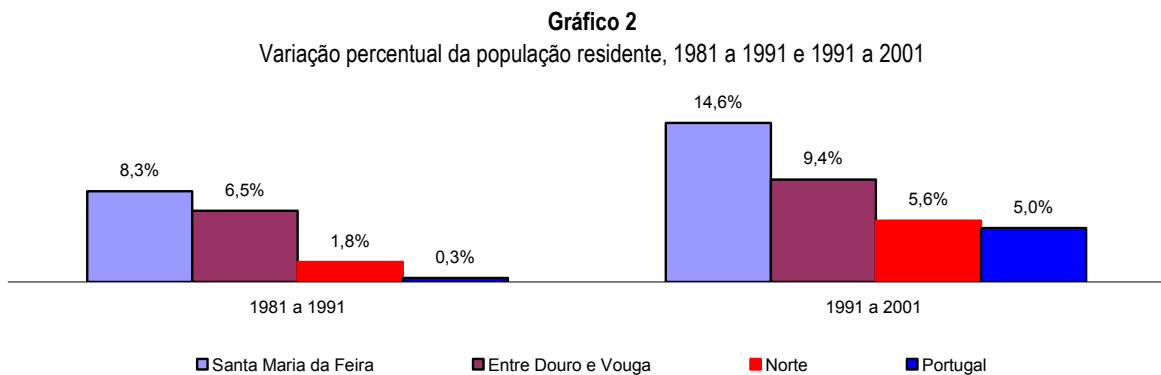
A relação de masculinidade⁴ em 2001 era de 95,78, apresentando um crescimento consistente e que acompanha a tendência do país, nos anos censitários (1981 - 93,51; 1991 - 94,28).



Fonte – INE, Estimativas da População Residente

⁴ Relação de masculinidade: quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (expresso por 100 mulheres).

Santa Maria da Feira mostra de 1981 a 2001 um crescimento populacional elevado, especialmente na década de 1990 em que o aumento do número de habitantes foi de 14,6%. Este valor afasta-se significativamente dos registados nas unidades territoriais apresentadas para comparação no Gráfico 2, sendo um dos mais elevados da região norte quer percentualmente quer em valores absolutos. O crescimento médio anual foi de 0,83% entre os Censos de 1981 e 1991 e 1,46% entre este censo e o de 2001.



FONTE – INE, Censos

O modo como se verificou o crescimento demográfico no concelho de Santa Maria da Feira, entre 1991 e 2001, contrasta com o das outras unidades territoriais apresentadas para comparação no Gráfico 3⁵. Neste concelho, o principal factor de acréscimo populacional foi a componente migratória que correspondeu a um aumento de 8,2% (9.729 indivíduos) situando-se em décimo lugar entre os maiores saldos migratórios⁶ registados na região Norte. O saldo natural⁷ manteve-se positivo ao longo da

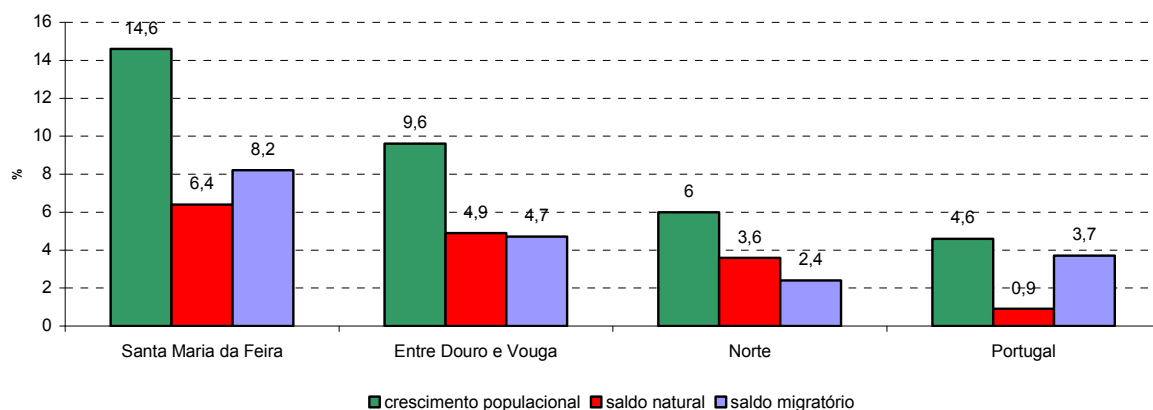
⁵ A discrepância entre os valores apresentados nos gráficos 2 e 3 deve-se a arredondamentos nos dados provenientes do INE que serviram de base para a construção deste último gráfico.

⁶ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo

⁷ Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo

década (a variação de 6,4% corresponde a um acréscimo de 7.594 indivíduos), sendo um dos mais elevados da NUT III Entre Douro e Vouga. O saldo natural foi o factor de expansão demográfica mais importante para o norte do país, 57% da evolução registada. Como está patente no gráfico, a situação descrita para o Norte contrasta com o panorama geral do país onde mais de 80% do crescimento é devido a movimentos migratórios. Entre Douro e Vouga apresenta valores próximos para ambos os saldos pelo equilíbrio entre a preponderância dos saldos migratórios sobre os naturais nos concelhos de Santa Maria da Feira e São João da Madeira e pela situação oposta em Vale de Cambra e Arouca.

Gráfico 3
Crescimento populacional, saldos natural e migratório, entre 1991 e 2001



FONTE – INE, Censos 2001

O crescimento do concelho torna-se perfeitamente visível no espaço físico através da observação do incremento, do número de edifícios, entre 1991 e 2001 foi de 19,21%, e do número de alojamentos familiares, no mesmo período aumentaram 33,37%.

Santa Maria da Feira dispõe, de acordo com os dados do Recenseamento da Habitação de 2001 realizado pelo INE, de um parque habitacional mais recente que a média do Entre Douro e Vouga. Para

um total de 39.069 edifícios, um terço é anterior a 1970 (13.446 edifícios) e cerca de um quarto posterior a 1991 (9.429 edifícios).

Verifica-se, no entanto, uma disparidade da variação do crescimento populacional nas trinta e uma freguesias que constituem o concelho (Tabela 1).

Entre 1981 e 1991, a que correspondeu uma taxa de crescimento para o concelho de 8,32%, as freguesias de Santa Maria da Feira, São João de Ver e Vila Maior apresentaram valores de crescimento populacional superiores a 30%. Simultaneamente, os maiores decréscimos, superiores a 10%, ocorreram em freguesias como Arrifana e Vale.

Nos dez anos seguintes, em que a taxa de crescimento populacional foi, para o concelho, de 14,6% tal dispersão mantém-se. Confronte-se, por exemplo, os valores referentes a Gião (crescimento de 48,19%) e a Espargo (decrécimo de 9,03%).

As diferenças do ritmo de crescimento populacional entre as freguesias repercutiram-se no seu peso relativo no concelho (Gráfico 4). Em 1981 os núcleos mais importantes em termos de número de habitantes eram Lourosa (7,57% da população do concelho), Fiães (7,04%) e Argoncilhe (6,85). Já 20 anos mais tarde destaca-se Santa Maria da Feira, sede do concelho (8,12%, partindo de 5,45% em 1981), e com pesos relativos próximos Lourosa (6,77%), São João de Ver (6,48%), Fiães (6,44%) e Argoncilhe (6,33%). Os núcleos populacionais de menor dimensão viram no mesmo período o seu peso relativo estagnar ou diminuir.

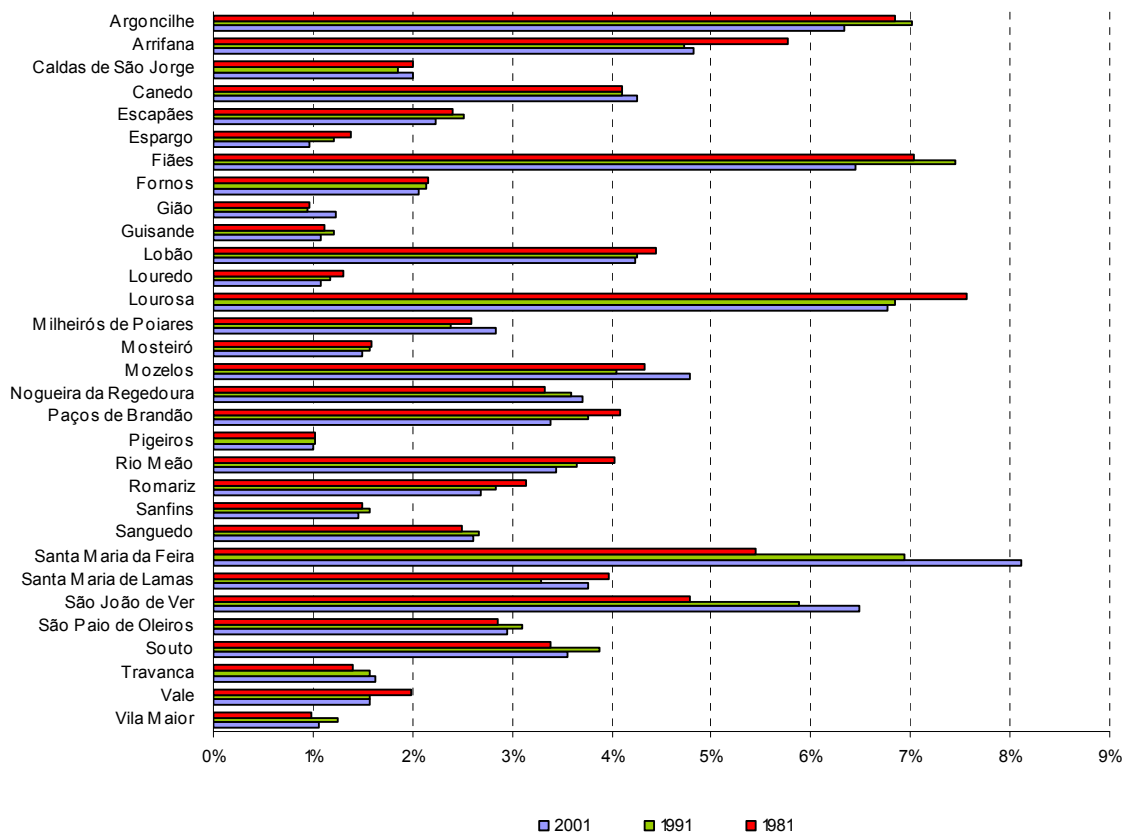
Tabela 1

População residente nas freguesias de Santa Maria da Feira em 1981, 1991, 2001

	População Residente			Variação Percentual	
	1981	1991	2001	1981 a 1991	1991 a 2001
Argoncilhe	7507	8318	8605	10,80	3,45
Arrifana	6315	5600	6544	-11,32	16,86
Caldas de São Jorge	2205	2199	2728	-0,27	24,06
Canedo	4499	4874	5782	8,34	18,63
Escapães	2632	2979	3028	13,18	1,64
Espargo	1516	1439	1309	-5,08	-9,03
Fiães	7713	8842	8754	14,64	-1,00
Fornos	2352	2536	2810	7,82	10,80
Gião	1049	1131	1676	7,82	48,19
Guisande	1226	1434	1474	16,97	2,79
Lobão	4873	5043	5761	3,49	14,24
Louredo	1423	1389	1459	-2,39	5,04
Lourosa	8288	8113	9204	-2,11	13,45
Milheirós de Poiares	2828	2823	3859	-0,18	36,70
Mosteiró	1745	1855	2043	6,30	10,13
Mozelos	4749	4800	6502	1,07	35,46
Nogueira da Regedoura	3647	4259	5026	16,78	18,01
Paços de Brandão	4472	4469	4590	-0,07	2,71
Pigeiros	1124	1217	1369	8,27	12,49
Rio Meão	4417	4324	4688	-2,11	8,42
Romariz	3429	3358	3650	-2,07	8,70
Sanfins	1634	1865	1970	14,14	5,63
Sanguedo	2739	3154	3542	15,15	12,30
Santa Maria da Feira	5966	8231	11040	37,97	34,13
Santa Maria de Lamas	4343	3900	5120	-10,20	31,28
São João de Ver	5233	6981	8816	33,40	26,29
São Paio de Oleiros	3122	3682	4003	17,94	8,72
Souto	3706	4608	4835	24,34	4,93
Travanca	1537	1873	2201	21,86	17,51
Vale	2172	1867	2138	-14,04	14,52
Vila Maior	1070	1478	1438	38,13	-2,71
Concelho	109531	118641	135964	8,32%	14,60%

Fonte - INE, Censos

Gráfico 4
Distribuição percentual da população residente por freguesia, 1981, 1991 e 2001



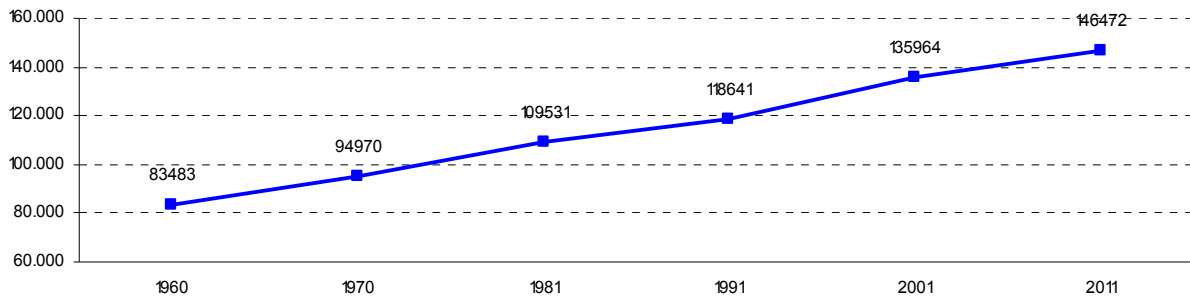
Fonte – INE, Censos

3.2. Projecções da População Residente

Os dados projectados para 2011 (Gráfico 5 e Tabela 2) apontam para o concelho de Santa Maria da Feira uma população residente de 146.472 indivíduos, a que corresponde uma taxa de variação em relação a 2001 de 7,73% (crescimento médio anual de 0,77%). Esse ritmo de crescimento, a verificar-

se, será o mais baixo desde 1960. Em comparação com o período já analisado (1981 a 2001), este crescimento médio anual é inferior, mas próximo, do da década de 1980 (0,83%), muito inferior aos valores registados nos vinte anos anteriores, e quase metade do da década de 1990 (1,46%, o maior desde 1960).

Gráfico 5
Evolução da população residente entre 1960 e 2001 e previsão para 2011



Fonte - Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Continua a ser muito diverso o comportamento demográfico das freguesias do concelho. Para 2011, prevê-se uma dispersão assinalável do crescimento médio anual da população residente nas freguesias: com valores superiores aos do concelho, relevo para Canedo (2,06%), Gião (2,52%), Santa Maria da Feira (3,11%), São João de Ver (3,24%); com sentido contrário destaca-se Espargo, com um crescimento negativo de -1,34%.

Confrontados com os valores das duas décadas precedentes Santa Maria da Feira e São João de Ver mantêm a consistência do crescimento com valores próximos dos 3%.

Tabela 2

Projeção da população residente por freguesia para 2011

	2011 - projecção	Varição entre 2001 e 2011
Argoncilhe	9299	8,07%
Arrifana	6145	-6,10%
Caldas de São Jorge	3083	13,01%
Canedo	6971	20,56%
Escapães	3194	5,48%
Espargo	1134	-13,37%
Fiães	8947	2,20%
Fornos	2900	3,20%
Gião	2098	25,18%
Guisande	1664	12,89%
Lobão	6271	8,85%
Louredo	1501	2,88%
Lourosa	8949	-2,77%
Milheirós de Poiares	4027	4,35%
Mosteiró	2031	-0,59%
Mozelos	7677	18,07%
Nogueira da Regedoura	5755	14,50%
Paços de Brandão	4492	-2,14%
Pigeiros	1510	10,30%
Rio Meão	4747	1,26%
Romariz	3485	-4,52%
Sanfins	2110	7,11%
Sanguedo	4049	14,31%
Santa Maria da Feira	14473	31,10%
Santa Maria de Lamas	4985	-2,64%
São João de Ver	11676	32,44%
São Paio de Oleiros	4362	8,97%
Souto	5694	17,77%
Travanca	2625	19,26%
Vale	2104	-1,59%
Vila Maior	1797	24,97%
Concelho	146472	7,73%

Fonte: - Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

3.3. Distribuição da população no concelho

A evolução da densidade populacional do concelho manifesta uma tendência de crescimento (1981 - 508,97 hab./km², 1991 - 551,31 hab./km², 2001 - 631,80 hab./km²), acompanhando a da população residente. Integrada numa sub-região predominantemente urbana, o concelho de Santa Maria da Feira apresenta densidades populacionais muito superiores à da região Norte e à de Portugal (Tabela 3), próximas dos valores das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Tabela 3
Densidade populacional em 2001

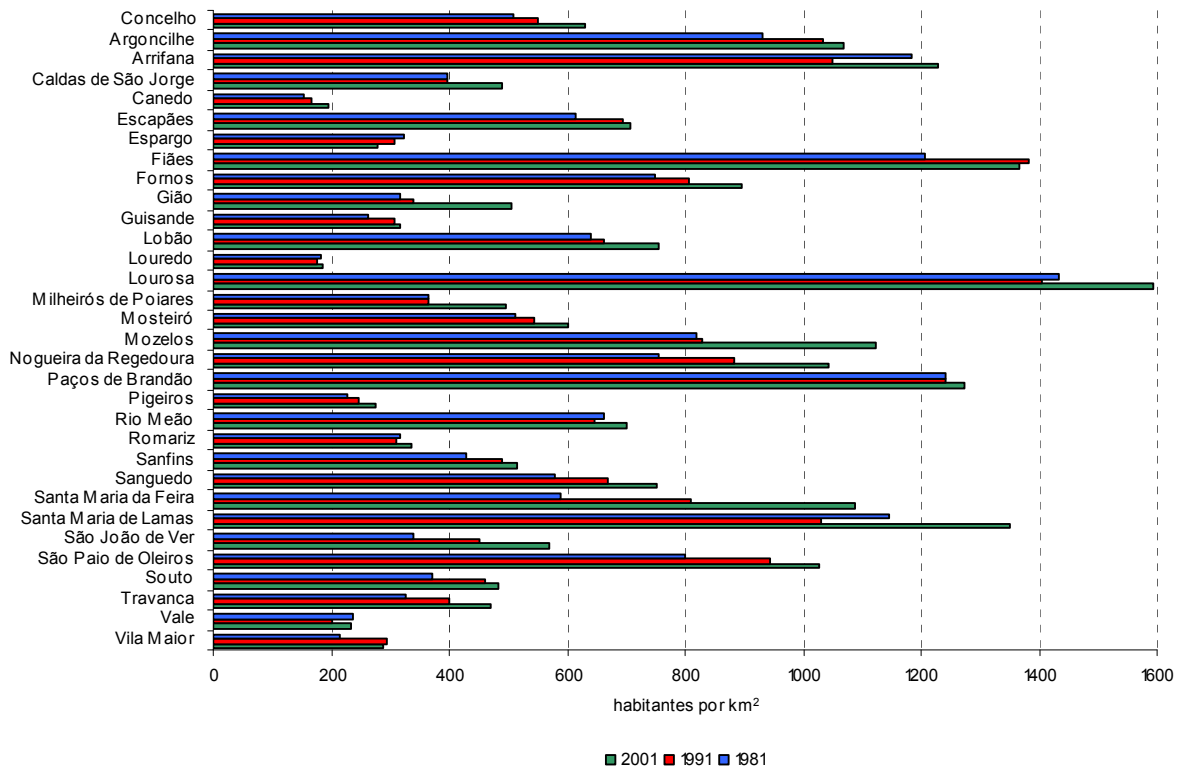
	Área total (km ²)	População residente (nº)	Densidade populacional (hab./km ²)
Santa Maria da Feira	215,2	135964	631,8
Entre Douro e Vouga	861,4	276812	321,4
Norte	21289	3687293	173,2
Portugal	92151,8	10356117	112,4

Fonte - INE, Censos; INE, Anuários Estatísticos regionais 2002

É muito grande a disparidade entre as densidades populacionais das diferentes freguesias que, em algumas delas, assume valores muito superiores aos da média do concelho (Gráfico 6). Em especial são de destacar, no censo de 2001, as freguesias de Arrifana, Fiães, Lourosa, Paços de Brandão e Santa Maria de Lamas, em que a densidade populacional assume valores superiores a 1.200 hab./km².

Quanto à evolução da densidade populacional no período de 1981 a 2001 a tendência do concelho é de crescimento. Exceptuando Espargo, as freguesias seguem, considerando os anos extremos do intervalo, tal tendência. Nos primeiros dez anos, de 1981 a 1991, muitas das freguesias apresentam quebras na densidade populacional compensadas nos dez anos seguintes. Aliás, para a generalidade das freguesias o aumento da densidade populacional na década de 1990 é muito significativo, em contraste com o que ocorreu na década anterior.

Gráfico 6
Densidade populacional, das freguesias de Santa Maria da Feira, em 1981, 1991 e 2001



Fonte - INE, Censos

3.4. População Residente por Escalões Etários

Como se pode verificar por observação das Tabelas 4 e 5, Santa Maria da Feira segue a tendência de envelhecimento registada no país, com a diminuição do peso da população com menos de vinte e cinco anos acompanhada pelo aumento do peso das faixas etárias com idades superiores. Entretanto, essa tendência é menos acentuada em Santa Maria da Feira, acontecendo o mesmo na região Norte e na NUT III de Entre Douro e Vouga.

De 1981 a 1991 a população portuguesa praticamente estagnou, movimento que foi acompanhado de perto pelo que ocorreu na região Norte.

No mesmo período, no Entre Douro e Vouga, e de forma mais significativa em Santa Maria da Feira, a população cresceu graças ao desequilíbrio ocorrido a favor faixa da população com mais de vinte e cinco anos. Em relação à década seguinte as maiores perdas de população transferem-se da faixa etária dos zero aos catorze anos para o escalão seguinte. No período entre 1991 e 2001 o crescimento da população com mais de sessenta e cinco anos acentua-se, de forma muito notória no concelho de Santa Maria da Feira, em que a população desta faixa etária aumentou 43,45%.

Tabela 4

População residente por escalões etários 1981, 1991, 2001

	0 a 14 anos			15 a 24 anos			25 a 64 anos			65 e mais anos		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Santa Maria da Feira	29,42%	22,19%	18,41%	21,16%	18,68%	14,77%	41,96%	50,30%	55,76%	7,47%	8,83%	11,06%
Entre Douro e Vouga	28,97%	22,11%	17,78%	19,76%	18,20%	14,95%	42,47%	49,38%	54,68%	8,80%	10,32%	12,60%
Norte	28,91%	22,10%	17,49%	18,82%	18,04%	15,14%	42,48%	48,43%	53,41%	9,79%	11,43%	13,96%
Portugal	25,51%	19,99%	16,00%	16,56%	16,33%	14,29%	46,48%	50,08%	53,36%	11,45%	13,61%	16,35%

Fonte - INE, Censos

Tabela 5

Variação percentual por escalões etários 1981 a 1991, 1991 a 2001

	Variação 1981 a 1991					Variação 1991 a 2001				
	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais	total	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais	total
Santa Maria da Feira	-18,28%	-4,38%	29,84%	28,14%	8,32%	-4,95%	-9,35%	27,06%	43,45%	14,60%
Entre Douro e Vouga	-18,72%	-1,86%	23,84%	24,87%	6,52%	-11,81%	-9,91%	21,47%	33,93%	9,68%
Norte	-22,16%	-2,41%	16,11%	18,96%	1,84%	-15,96%	-10,88%	17,09%	29,66%	6,18%
Portugal	-21,38%	-1,06%	8,10%	19,31%	0,35%	-16,01%	-8,15%	11,84%	26,12%	4,96%

Fonte - INE, Censos

O fenómeno do envelhecimento demográfico, correspondendo ao aumento da importância relativa de idosos (sessenta e cinco e mais anos) na população total, ocorreu em todas as regiões do país, sendo que apenas no Norte (e nas duas Regiões Autónomas) se mantém uma proporção de jovens dos zero aos catorze anos superior à de idosos.

Consequência directa da evolução populacional e das disparidades referidas, os índices de envelhecimento⁸ e de dependência jovem⁹ e idosa¹⁰ para as unidades territoriais em análise apresentam para Santa Maria da Feira valores mais “favoráveis”, que espelham a dinâmica demográfica verificada.

O índice de envelhecimento (Gráfico 7) tem vindo a aumentar em Portugal. Em 1981 a proporção era de menos de quarenta e cinco idosos para cem jovens com menos de catorze anos, em 1991 para cada cem jovens dos zero aos catorze anos existiam sessenta e oito idosos, enquanto que em 2001 a proporção é de quase cento e três idosos para cem jovens. Santa Maria da Feira evidencia tendência

⁸ Índice de envelhecimento: relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

⁹ Índice de dependência de jovens: relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos).

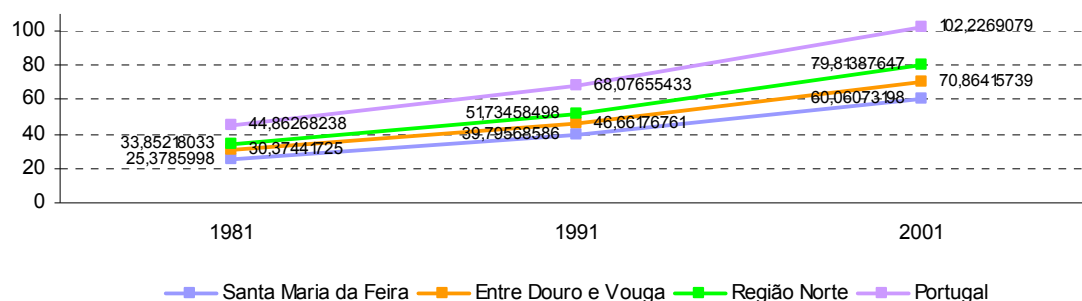
¹⁰ Índice de dependência de idosos: relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos).

similar, mas muito menos acentuada. Em 1981 pouco mais de vinte e cinco idosos para cada cem jovens, em 1991 aproximadamente trinta e um e em 2001 sessenta idosos para cada cem indivíduos com menos de catorze anos.

A relação de dependência (Gráfico 8) dos jovens tem decrescido no país em geral, assim como nas regiões em análise em particular, como consequência da redução do número de jovens até aos catorze anos em comparação com a população em idade activa.

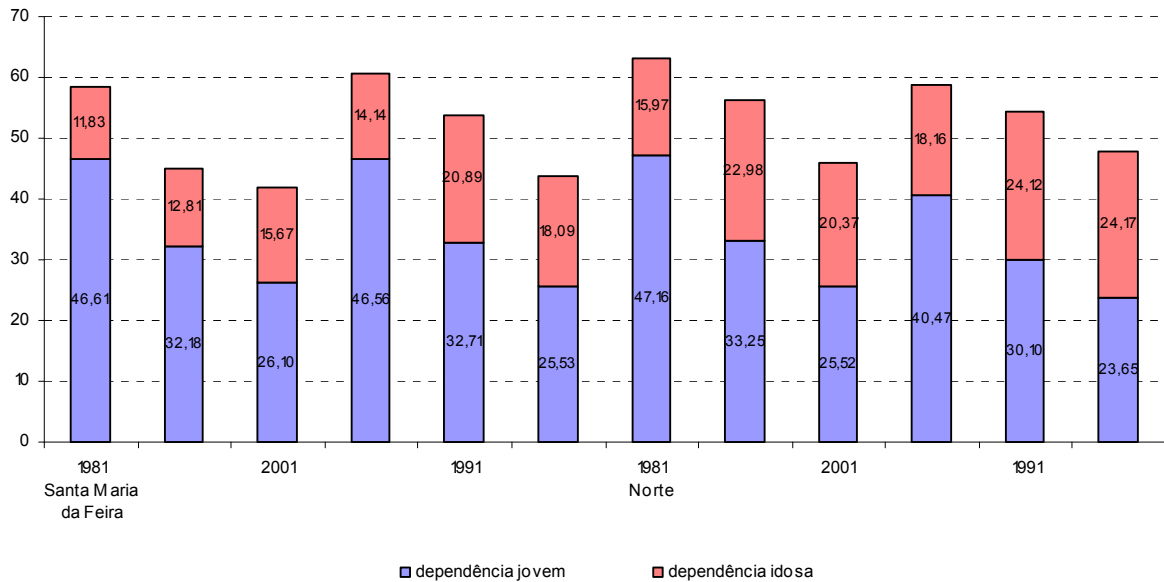
Quanto a este indicador, Santa Maria da Feira tem acompanhado de perto tal evolução. Em 1981 a proporção era de 46,61 jovens para cada cem indivíduos entre os quinze e os sessenta e quatro anos, de 32,18 em 1991 e de 26,10 em 2001. Naturalmente que, tendo em consideração o aumento do peso relativo do grupo com sessenta e cinco e mais anos em relação ao com idades entre os quinze e os e os sessenta e quatro, o índice de dependência de idosos tem vindo a aumentar, atingindo ainda assim em Santa Maria da Feira valores inferiores aos valores médios do país.

Gráfico 7
Evolução do índice de envelhecimento entre 1981 e 2001



Fonte – INE, Censos

Gráfico 8
Índices de dependência para 1981, 1991, 2001



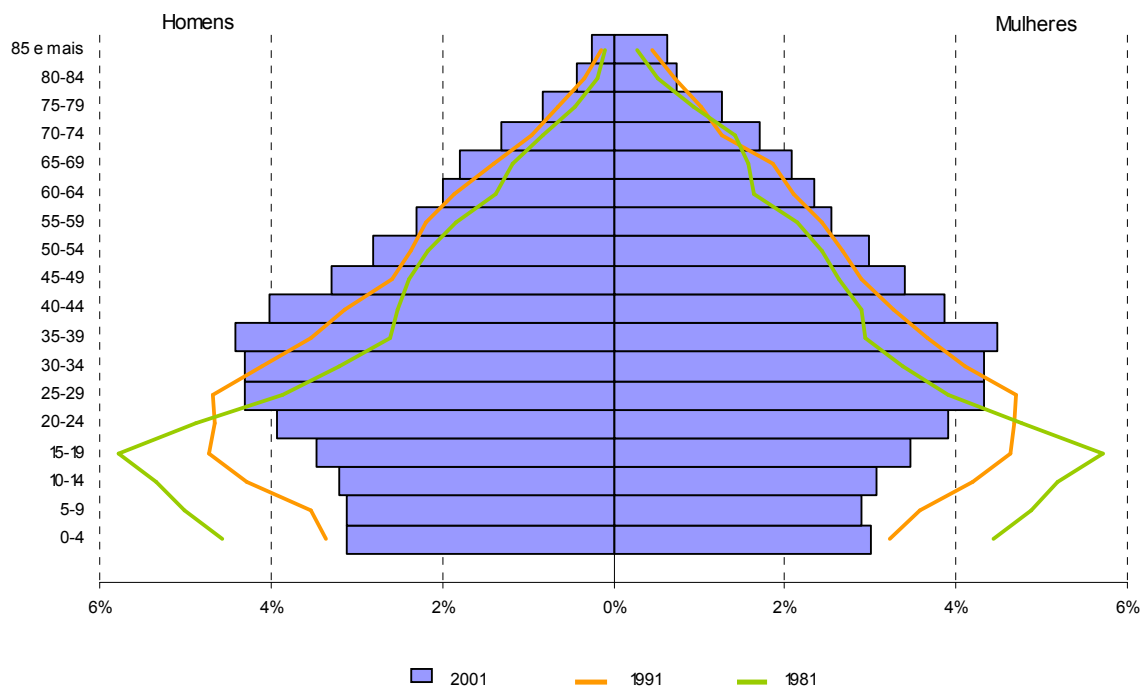
Fonte – INE, Censos

As considerações anteriores são bem visíveis nas pirâmides de idades para os anos de 1981, 1991 e 2001 (Gráfico 9).

Verifica-se uma importante redução da base da pirâmide, resultado da diminuição da taxa de natalidade, diminuição esta mais importante entre 1981 e 1991. Pode verificar-se também a redução da população jovem em idade activa (até aos vinte e cinco anos de idade), o aumento da faixa etária dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos, aumento este que acompanha os acréscimos da população mais idosa.

De notar, ainda, que se em 1981 o grupo com maior peso relativo era o dos jovens dos quinze aos dezanove anos, vinte anos mais tarde passa a ser o grupo dos trinta e cinco aos trinta e nove anos. Este comportamento evolutivo não difere muito entre homens e mulheres, apesar do já referido aumento da relação de masculinidade.

Gráfico 9
Pirâmide etária do concelho, 1981, 1991 e 2001



Fonte - INE, Censos

As Tabelas 6 e 7 representam a estrutura etária nas freguesias constituintes do concelho em 1991 e 2001 e a correspondente evolução.

Em relação às diferenças na repartição por escalões etários entre esses dois anos é nítido o generalizado retraimento dos escalões com menos de vinte e cinco anos acompanhado pelo aumento do peso dos restantes, seguindo, ainda que de forma diferenciada, o comportamento do concelho. Esta disparidade entre a evolução das freguesias é mais visível pelo exame das taxas de variação por escalões etários. Em termos de variação total a taxa para o concelho é, como vimos, de 14,6%, sendo este movimento de crescimento acompanhado pela generalidade das freguesias. Exceptuam-se Espargo, com um decréscimo superior a 9%, Fiães, com o decréscimo de 1% e Vila Maior, em que o acréscimo negativo foi de 2,71%.

Como motor de crescimento, com ganhos muito acima da média, importa referir as freguesias de Gião, com um crescimento de 48,19%, Milheirós de Poiares, com um crescimento de 36,7%, Mozelos, com uma taxa de 35,46%, Santa Maria da Feira, com 34,13%, e, finalmente Santa Maria de Lamas com um aumento populacional de 31,28%.

Analisando as taxas de crescimento por grupos etários podem-se verificar comportamentos marcadamente distintos.

No escalão até aos catorze anos o concelho perde 4,95% dos seus residentes, enquanto que, em algumas freguesias, se registaram aumentos. É notável o caso de Gião em que o número de residentes nesta faixa etária cresceu 45,11%, entre 1991 e 2001.

As outras freguesias nas quais a população no escalão 0-14 anos aumentou foram: Milheirós de Poiares, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, São João de Ver e Travanca. Destas últimas, para o escalão entre os catorze e os vinte e cinco anos, apenas há crescimento populacional em Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira e São João de Vêr, que contrariam assim a tendência do concelho.

Tabela 6

Variação percentual da população residente por freguesias e escalões etários, 1991 a 2001

	Variação percentual de 1991 a 2001				
	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais	total
Argoncilhe	-14,41	-20,89	14,68	39,70	3,45
Arrifana	-6,04	-8,76	24,67	66,12	16,86
Caldas de São Jorge	0,63	-7,66	38,74	65,20	24,06
Canedo	-9,43	2,90	40,23	20,67	18,63
Escapães	-21,15	-12,24	8,94	47,98	1,64
Espargo	-37,20	-24,36	5,44	15,22	-9,03
Fiães	-22,95	-21,34	9,13	48,05	-1,00
Fornos	-6,72	-16,01	22,46	45,05	10,80
Gião	45,11	6,94	73,09	21,60	48,19
Guisande	-20,65	-14,33	19,38	25,78	2,79
Lobão	-5,79	-8,57	29,49	39,39	14,24
Louredo	-10,54	-20,55	18,46	29,81	5,04
Lourosa	-3,52	-17,55	26,96	49,76	13,45
Milheirós de Poiares	16,89	13,33	53,28	46,13	36,70
Mosteiró	-0,27	-25,00	23,90	34,46	10,13
Mozelos	23,84	-0,11	46,93	72,75	35,46
Nogueira da Regedoura	10,53	-23,57	34,75	36,36	18,01
Paços de Brandão	-18,59	-14,47	8,98	35,61	2,71
Pigeiros	-4,98	-10,48	27,08	38,83	12,49
Rio Meão	-12,09	-15,72	20,70	42,32	8,42
Romariz	-11,56	-14,29	25,00	38,23	8,70
Sanfins	-15,61	-10,75	15,48	36,42	5,63
Sanguedo	-13,37	-1,90	24,50	50,19	12,30
Santa Maria da Feira	12,77	18,58	44,81	59,00	34,13
Santa Maria de Lamas	25,68	-4,63	40,33	60,87	31,28
São João de Ver	7,32	7,74	37,79	44,83	26,29
São Paio de Oleiros	-18,58	-7,99	20,18	35,43	8,72
Souto	-20,59	-18,74	19,12	44,61	4,93
Travanca	12,32	-13,35	29,26	25,26	17,51
Vale	-7,87	-3,90	31,65	22,86	14,52
Vila Maior	-19,17	-10,00	5,11	9,63	-2,71
Concelho	-4,95	-9,35	27,06	43,45	14,60

FONTE – INE, Censos

Tabela 7

Estrutura etária da população residente por freguesias, 1991 a 2001

	1991				2001			
	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos
Argoncilhe	22,53%	18,81%	50,60%	8,05%	18,64%	14,39%	56,10%	10,88%
Arrifana	19,23%	17,93%	52,98%	9,86%	15,46%	14,00%	56,53%	14,01%
Caldas de São Jorge	21,83%	19,01%	49,89%	9,28%	17,71%	14,15%	55,79%	12,35%
Canedo	24,58%	19,08%	44,73%	11,61%	18,77%	16,55%	52,87%	11,81%
Escapães	22,69%	17,56%	51,43%	8,32%	17,60%	15,16%	55,12%	12,12%
Espargo	22,79%	19,11%	48,51%	9,59%	15,74%	15,89%	56,23%	12,15%
Fiães	22,47%	19,18%	50,81%	7,53%	17,49%	15,24%	56,01%	11,26%
Fornos	21,73%	18,97%	50,55%	8,75%	18,29%	14,38%	55,87%	11,46%
Gião	23,52%	19,10%	46,33%	11,05%	23,03%	13,78%	54,12%	9,07%
Guisande	25,66%	20,43%	44,98%	8,93%	19,81%	17,03%	52,24%	10,92%
Lobão	23,62%	20,36%	47,61%	8,41%	19,48%	16,30%	53,97%	10,26%
Louredo	22,53%	21,02%	44,85%	11,59%	19,19%	15,90%	50,58%	14,32%
Lourosa	21,68%	19,39%	51,35%	7,58%	18,44%	14,09%	57,46%	10,01%
Milheirós de Poiares	23,27%	18,60%	48,53%	9,60%	19,90%	15,42%	54,42%	10,26%
Mosteiró	20,11%	20,27%	50,08%	9,54%	18,21%	13,80%	56,34%	11,65%
Mozelos	20,71%	18,42%	53,23%	7,65%	18,93%	13,58%	57,74%	9,75%
Nogueira da Regedoura	20,29%	20,52%	50,41%	8,78%	19,00%	13,29%	57,56%	10,15%
Paços de Brandão	19,02%	17,01%	52,85%	11,12%	15,08%	14,16%	56,08%	14,68%
Pigeiros	24,73%	20,38%	46,43%	8,46%	20,89%	16,22%	52,45%	10,45%
Rio Meão	21,81%	18,83%	51,39%	7,98%	17,68%	14,63%	57,21%	10,47%
Romariz	26,03%	20,22%	45,03%	8,73%	21,18%	15,95%	51,78%	11,10%
Sanfins	21,98%	17,96%	51,96%	8,10%	17,56%	15,18%	56,80%	10,46%
Sanguedo	25,14%	18,39%	48,00%	8,47%	19,40%	16,06%	53,22%	11,32%
Santa Maria da Feira	23,12%	16,55%	52,84%	7,50%	19,44%	14,63%	57,05%	8,89%
Santa Maria de Lamas	18,87%	18,28%	53,41%	9,44%	18,07%	13,28%	57,09%	11,56%
São João de Ver	22,49%	17,40%	51,93%	8,18%	19,11%	14,85%	56,66%	9,38%
São Paio de Oleiros	21,05%	17,33%	51,28%	10,35%	15,76%	14,66%	56,68%	12,89%
Souto	22,66%	19,68%	48,81%	8,85%	17,15%	15,24%	55,41%	12,20%
Travanca	21,68%	17,99%	50,19%	10,14%	20,72%	13,27%	55,20%	10,81%
Vale	23,14%	19,23%	44,51%	13,12%	18,62%	16,14%	51,17%	14,08%
Vila Maior	22,94%	17,59%	50,34%	9,13%	19,05%	16,27%	54,38%	10,29%
Concelho	22,19%	18,68%	50,30%	8,83%	18,41%	14,77%	55,76%	11,06%

Fonte - INE, Censos

Para a faixa etária seguinte, dos 25 aos 64 anos, em todas as freguesias se verifica um crescimento populacional, embora com ritmos diferentes, salientando-se os valores elevados deste crescimento em Gião, 73,09%, e Milheirós de Poiares, 53,28%.

A população acima dos sessenta e cinco anos cresce no concelho 43,45%, crescimento que também, a ritmos diferentes, se verifica para todas as freguesias. Os maiores crescimentos da população idosa ocorrem em Arrifana, 66,12%, Canedo, 65,20%, Mozelos, 72,75%, Santa Maria da Feira, 59% e Santa Maria de Lamas, 60,87%. Apenas uma freguesia, Vila Maior, regista, para este grupo etário, um crescimento inferior a 10%.

Ainda que com dissemelhanças, entre as freguesias a tendência do envelhecimento da população segue a do concelho, sendo válidas as considerações já expendidas.

Para 1991 registam valores do índice de envelhecimento (Tabela 8) superiores ao do concelho várias freguesias. De realçar a existência de mais de cinquenta idosos para cada cem jovens entre os zero e os catorze anos nas freguesias de Arrifana, Louredo, Paços de Brandão, Santa Maria de Lamas e Vale.

Dez anos depois os índices de envelhecimento são claramente superiores, com valores inferiores a cinquenta apenas nas freguesias de Gião, Santa Maria da Feira e São João de Ver. As freguesias mais envelhecidas, de acordo com este indicador, com mais de noventa idosos por cada cem jovens são Arrifana e Paços de Brandão.

Os valores dos índices de dependência de jovens e de idosos são, tanto a nível das freguesias como a nível do concelho, consequência da evolução da estrutura etária já analisada.

Tabela 8

Índices de envelhecimento e de dependência por freguesia, 1991, 2001

	1991				2001			
	Envelhecimento	dep. jovem	dep. idosa	dep. total	Envelhecimento	dep. jovem	dep. idosa	dep. total
Argoncilhe	35,75	32,46	11,60	44,06	58,35	26,45	15,43	41,88
Arrifana	51,25	27,12	13,90	41,02	90,61	21,93	19,87	41,80
Caldas de São Jorge	42,50	31,68	13,47	45,15	69,77	25,31	17,66	42,98
Canedo	47,25	38,52	18,20	56,72	62,95	27,03	17,02	44,05
Escapães	36,69	32,90	12,07	44,96	68,86	25,05	17,25	42,29
Espargo	42,07	33,71	14,18	47,89	77,18	21,82	16,84	38,67
Fiães	33,52	32,11	10,76	42,87	64,40	24,55	15,81	40,36
Fornos	40,29	31,25	12,59	43,85	62,65	26,04	16,31	42,35
Gião	46,99	35,95	16,89	52,84	39,38	33,92	13,36	47,28
Guisande	34,78	39,23	13,65	52,88	55,14	28,60	15,77	44,37
Lobão	35,60	34,74	12,37	47,11	52,67	27,72	14,60	42,32
Louredo	51,44	34,21	17,60	51,80	74,64	28,87	21,55	50,41
Lourosa	34,96	30,65	10,72	41,37	54,27	25,77	13,98	39,75
Milheirós de Poiares	41,25	34,67	14,30	48,97	51,56	28,50	14,69	43,19
Mosteirô	47,45	28,58	13,56	42,15	63,98	25,96	16,61	42,57
Mozelos	36,92	28,90	10,67	39,58	51,50	26,55	13,67	40,22
Nogueira da Regedoura	43,29	28,60	12,38	40,98	53,40	26,82	14,32	41,14
Paços de Brandão	58,47	27,23	15,92	43,15	97,40	21,46	20,91	42,37
Pigeiros	34,22	37,02	12,67	49,69	50,00	30,43	15,21	45,64
Rio Meão	36,59	31,06	11,36	42,42	59,23	24,61	14,58	39,19
Romariz	33,52	39,89	13,37	53,26	52,39	31,27	16,38	47,65
Sanfins	36,83	31,44	11,58	43,02	59,54	24,40	14,53	38,93
Sanguedo	33,67	37,87	12,75	50,62	58,37	28,00	16,34	44,34
Santa Maria da Feira	32,42	33,32	10,80	44,13	45,71	27,12	12,40	39,52
Santa Maria de Lamas	50,00	26,32	13,16	39,48	64,00	25,67	16,43	42,10
São João de Ver	36,37	32,44	11,80	44,24	49,08	26,73	13,12	39,85
São Paio de Oleiros	49,16	30,68	15,08	45,76	81,77	22,09	18,07	40,16
Souto	39,08	33,08	12,93	46,01	71,17	24,27	17,27	41,54
Travanca	46,80	31,79	14,88	46,67	52,19	30,26	15,79	46,05
Vale	56,71	36,30	20,59	56,89	75,63	27,66	20,92	48,58
Vila Maior	39,82	33,76	13,45	47,21	54,01	26,97	14,57	41,54
Concelho	39,80	32,18	12,81	44,98	60,06	26,10	15,67	41,77

Fonte - INE, Censos

4 – Caracterização social do concelho de Santa Maria da Feira

4.1 - Estruturas Familiares

Acompanhando a evolução da dimensão média das famílias em Portugal, o concelho de Santa Maria da Feira registou entre censos uma diminuição regular daquela dimensão.

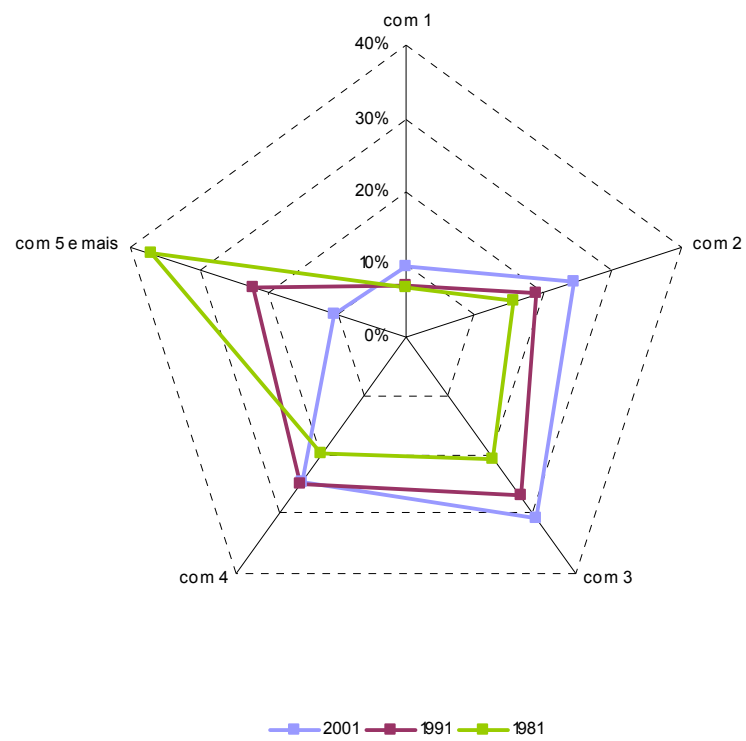
Em 1981 a média do número de elementos que compunham os agregados familiares era, em Santa Maria da Feira, de 4,21 elementos. Esta média baixou para 3,56 elementos em 1991. Finalmente, em 2001 baixou para 3,07.

O decréscimo da dimensão média das famílias é comum a todo o território nacional, mantendo-se Santa Maria da Feira, Entre Douro e Vouga e a região Norte (e as Regiões Autónomas) com valores superiores à dimensão média da família portuguesa (2,81 em 2001).

O número de famílias cresceu, no concelho, 70,22% entre 1981 e 2001, passando de 25.992 para 44.244.

As famílias de maior dimensão têm vindo a perder expressão (Gráfico 10). As famílias compostas por 5 ou mais pessoas, que em 1981 representavam 37,25% do total de famílias e em 1991 22,27%, são apenas 10,56% em 2001. Sofreram, assim, uma diminuição de 51,73% em vinte anos. Em contraste, as famílias de menor dimensão registaram um aumento na sua proporção. Destaque para as famílias unipessoais que cresceram cerca de 143,73% no mesmo período, sendo este aumento explicado, em parte, pelo número crescente de idosos a habitarem sós. Em 2001 a maior percentagem de famílias era composta por 3 elementos (30,79%).

Gráfico 10
Distribuição das famílias clássicas de Santa Maria da Feira por número de elementos constituintes,
1981, 1991, 2001



Fonte - INE, Censos

4.2 - Níveis de ensino e formação da população residente em Santa Maria da Feira

No que concerne aos níveis de ensino atingidos¹¹ é evidente, pela análise dos dados apresentados nas Tabelas 9 e 10, que a proporção da população sem qualquer nível de ensino é ainda muito significativa em 2001, atingindo 13,17% do total da população residente. Excluindo o grupo etário dos zero aos catorze anos tal valor reduz-se a 5,5%, concentrando-se no escalão mais idoso aproximadamente 70% daqueles que não atingiram nenhum nível de ensino.

É notória a diferença do peso dos indivíduos que não atingiram nenhum grau de ensino na estrutura por sexo, com desvantagem para as mulheres (14,18% contra 11,38% para os homens).

38,92% da população atingiu apenas o primeiro ciclo do ensino básico, registando uma situação similar à dos indivíduos sem nível de ensino quando considerada a repartição por escalões etários.

O ensino médio tem muito pouco significado, tendo sido atingido por apenas 403 indivíduos num universo de 135.964 residentes.

Tabela 9

Nível de ensino atingido pela população residente no concelho por sexo, 2001

Nível de ensino atingido	HM		H		M	
	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nível de ensino	17905	13,17%	7568	11,38%	10337	14,88%
1º Ciclo do Ensino Básico	52922	38,92%	26105	39,25%	26817	38,62%
2º Ciclo do Ensino Básico	24517	18,03%	12803	19,25%	11714	16,87%
3º Ciclo do Ensino Básico	15576	11,46%	8323	12,51%	7253	10,44%
Ensino Secundário	15468	11,38%	7768	11,68%	7700	11,09%
Ensino Médio	403	0,30%	218	0,33%	185	0,27%
Ensino Superior	9173	6,75%	3733	5,61%	5440	7,83%

Fonte - INE, Censos

¹¹ Inclui indivíduos com o grau de ensino completo, incompleto e a frequentar

No ensino superior, Santa Maria da Feira acompanha a feminização que vem ocorrendo em Portugal: em 2001 7,83% das mulheres haviam atingido esse grau contra 5,61% dos homens. São os escalões etários mais jovens em idade activa que atingem níveis mais elevados no sistema de ensino.

Tabela 10

Nível de ensino atingido pela população residente no concelho por escalões etários em percentagem, 2001

Níveis de ensino	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais
Sem nível de ensino	28,90%	0,43%	2,89%	34,63%
Ensino Pré-Escolar (a frequentar)	12,74%	-	-	-
1º Ciclo do Ensino Básico	28,36%	5,37%	47,30%	59,08%
2º Ciclo do Ensino Básico	15,21%	17,93%	22,15%	2,10%
3º Ciclo do Ensino Básico	14,32%	23,24%	9,25%	2,08%
Ensino Secundário	0,46%	36,33%	10,46%	0,82%
Ensino Médio	-	0,00%	0,43%	0,49%
Ensino Superior	-	16,70%	7,51%	0,81%

Fonte - INE, Censos

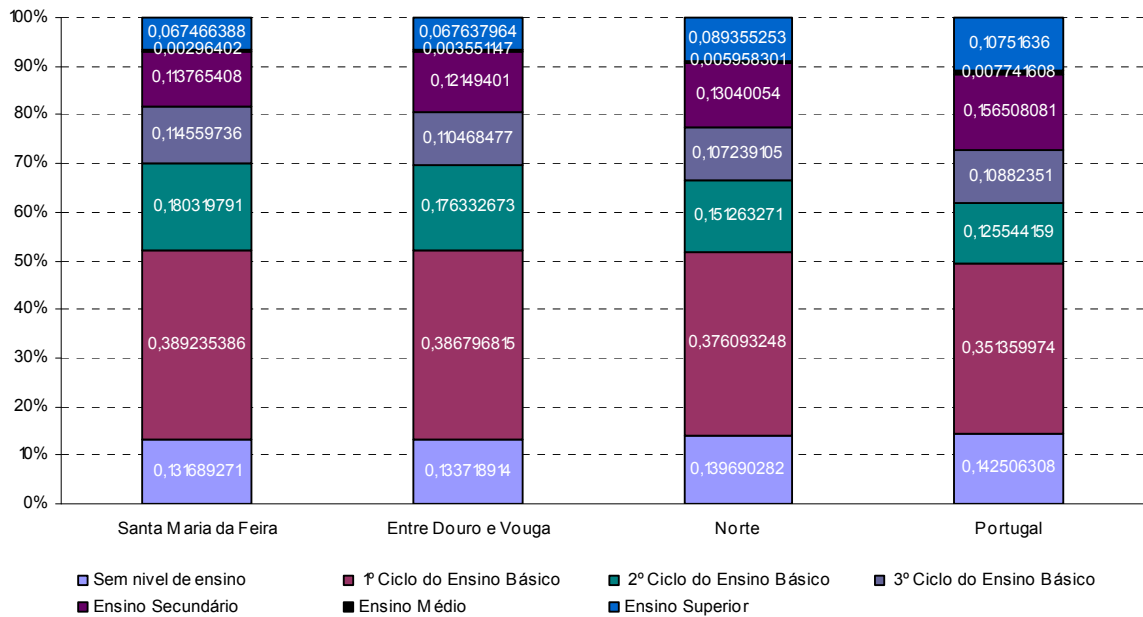
Em termos comparativos (Gráfico 11), a qualificação dos recursos humanos potenciais do concelho é inferior à da média portuguesa, à da região Norte e similar à do Entre Douro e Vouga. A disparidade referida é mais acentuada em relação ao país que em relação ao Norte.

A percentagem dos indivíduos que não atingiram nenhum grau de ensino é semelhante nas várias unidades territoriais apresentadas.

As diferenças acentuam-se à medida em que se vão considerando os níveis mais elevados. São bastante semelhantes os valores referentes ao primeiro ciclo do ensino básico; mais importantes no concelho para o segundo e terceiro ciclos, inferiores para o ensino secundário; o peso do ensino médio, generalizadamente pouco significativo, é inferior à metade do valor de Portugal e, o ensino superior tem um peso menor em quatro pontos percentuais.

Gráfico 11

Níveis de ensino atingido, em percentagem, pela população residente em Santa Maria da Feira, Entre Douro e Vouga, Norte e Portugal, 2001



Fonte - INE, Censos

A evolução da taxa de analfabetismo¹² em Santa Maria da Feira acompanha o decréscimo consistente que se tem vindo a verificar em Portugal. Entre 1991 e 2001 desceu 1,7 pontos percentuais alcançando o valor de 6,7%, mais baixo que a taxa de analfabetismo do Entre Douro e Vouga e da região Norte e expressivamente inferior à taxa do país (Tabela 11).

¹² Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos

Tabela 11

Taxas de analfabetismo, 1991, 2001

	1991	2001
Santa Maria da Feira	8,4%	6,7%
Entre Douro e Vouga	8,7%	7,3%
Norte	9,9%	8,3%
Portugal	11,0%	9,0%

Fonte - INE, Censos

As discrepâncias entre as freguesias (Tabela 12) e entre estas e os valores globais do concelho no que concerne aos níveis de ensino atingidos pela população são próximas das que constatamos quando comparamos o concelho com o país. De facto, a relativa homogeneidade dos valores respeitantes à proporção dos indivíduos sem nível de ensino ou com os primeiros dois ciclos do ensino básico contrasta com a dispersão dos valores para o secundário e níveis superiores.

Vale a pena notar que, para o grupo de indivíduos sem nenhum nível de ensino, há freguesias que ultrapassam os 18%, freguesias de Louredo e Vale, enquanto que o concelho se fica pelos 13,1%.

A proporção da população residente que atingiu apenas o primeiro ciclo do ensino básico é a que tem maior expressão em todas as freguesias, chegando a rondar os 45% em Guisande, Mosteirô, Pigeiros, Sanfins e Vila Maior. De assinalar o caso da freguesia de Paços de Brandão em que o valor da proporção de indivíduos que atingiu o ensino médio é de 0,83%, quase o triplo do valor do concelho e superior ao valor nacional (0,77%).

No ensino superior diferenciam-se as freguesias de Paços de Brandão, com 11,24% da população, e Santa Maria da Feira, com 16,94%. Esta última freguesia destaca-se por ter um nível de qualificação muito superior ao das restantes, expresso pela proporção de indivíduos que atingiu os graus mais elevados de ensino.

Tabela 12

Níveis de ensino atingidos pela população residente por freguesias em percentagem, 2001

	Sem nível de ensino	1º Ciclo do E.B.	2º Ciclo do E.B.	3º Ciclo do E.B.	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
Argoncilhe	13,09%	40,43%	17,98%	10,98%	11,55%	0,26%	5,72%
Arrifana	11,77%	39,98%	16,69%	11,90%	11,34%	0,40%	7,93%
Caldas de São Jorge	11,91%	39,41%	20,05%	11,66%	12,02%	0,26%	4,69%
Canedo	16,38%	34,07%	18,70%	18,85%	8,91%	0,03%	3,06%
Escapães	12,45%	38,97%	18,00%	10,96%	12,45%	0,59%	6,57%
Espargo	14,67%	42,55%	15,43%	10,47%	9,85%	0,08%	6,95%
Fiães	12,45%	40,50%	17,77%	12,44%	9,86%	0,08%	6,90%
Fornos	12,60%	41,67%	19,18%	11,07%	10,32%	0,32%	4,84%
Gião	13,96%	40,45%	21,60%	13,07%	6,74%	0,12%	4,06%
Guisande	10,85%	44,37%	20,69%	9,77%	8,75%	0,34%	5,22%
Lobão	15,00%	35,84%	23,59%	11,84%	9,34%	0,09%	4,30%
Louredo	18,37%	34,34%	25,98%	9,94%	6,37%	0,34%	4,66%
Lourosa	13,57%	40,90%	16,33%	11,33%	11,88%	0,28%	5,71%
Milheirós de Poiares	13,53%	37,68%	20,60%	11,38%	11,45%	0,23%	5,13%
Mosteirô	12,38%	43,61%	19,19%	11,40%	9,01%	0,24%	4,16%
Mozelos	12,67%	38,80%	17,16%	11,14%	12,98%	0,55%	6,69%
Nogueira da Regedoura	14,82%	40,41%	14,86%	11,62%	13,11%	0,22%	4,95%
Paços de Brandão	11,90%	38,30%	12,14%	11,48%	14,12%	0,83%	11,24%
Pigeiros	13,51%	45,22%	21,77%	9,13%	7,89%	0,00%	2,48%
Rio Meão	13,20%	39,48%	18,22%	10,73%	12,56%	0,19%	5,61%
Romariz	13,34%	41,04%	24,25%	10,74%	6,05%	0,14%	4,44%
Sanfins	11,42%	43,50%	16,95%	10,20%	12,08%	0,41%	5,43%
Sanguedo	13,41%	40,20%	18,69%	11,41%	10,16%	0,37%	5,76%
Santa Maria da Feira	11,00%	29,59%	15,24%	11,11%	15,52%	0,61%	16,94%
Santa Maria de Lamas	12,11%	41,27%	15,37%	10,20%	13,63%	0,23%	7,19%
São João de Ver	13,66%	39,36%	18,39%	10,50%	12,32%	0,19%	5,58%
São Paio de Oleiros	13,89%	37,10%	15,44%	11,74%	13,61%	0,35%	7,87%
Souto	12,76%	42,13%	20,12%	9,97%	9,41%	0,19%	5,42%
Travanca	13,81%	40,94%	17,36%	11,31%	9,31%	0,32%	6,95%
Vale	18,15%	39,48%	25,02%	8,47%	6,41%	0,14%	2,34%
Vila Maior	11,47%	44,78%	18,22%	10,64%	9,18%	0,35%	5,35%
Concelho	13,17%	38,92%	18,03%	11,46%	11,38%	0,30%	6,75%

FONTE – INE, Censo

5 – Caracterização económica do concelho de Santa Maria da Feira

5.1. Taxas de Actividade e de Desemprego

Entre 1991 e 2001 (Tabela 13) a taxa de actividade¹³ de Santa Maria da Feira cresceu 2,5 pontos percentuais contra os 4 pontos percentuais de crescimento ocorridos em Portugal.

A taxa de actividade feminina continua a registar valores inferiores à taxa de actividade masculina, mas existe uma tendência para aproximação dos dois valores. No período referido, esta última aumentou 0,6 pontos enquanto a feminina aumentou 4,3.

Em 2001 o concelho apresenta uma taxa de 52%, superior à do país, que é de 48,2%, sendo superiores quer a taxa de actividade masculina, igual a 54,8%, quer a taxa de actividade feminina, cujo valor é 42%.

A taxa de desemprego¹⁴ cresceu também entre 1991 e 2001, atingindo em particular as mulheres, 6% em 2001.

Dados de Abril de 2004, referentes ao Centro de Emprego de São João da Madeira, indicam uma subida muito significativa do desemprego desde 2001. Naquele mês estavam inscritos 5.692 desempregados, dos quais cerca de 54% se situavam na faixa etária dos 25 aos 49 anos. Em relação às habilitações literárias aproximadamente 50% dos inscritos detinha apenas o 1º Ciclo de Ensino Básico.

¹³ Relação entre a população activa e a população total. A população activa define-se como o conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados); a entrada no mercado de trabalho podia ser em 1991 realizada a partir dos 12 anos, em 2001, a partir dos 15

¹⁴ Taxa que define o peso da população desempregada sobre o total da população activa

Tabela 13

População activa e taxas de actividade e desemprego, concelho, 1991 e 2001

	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
População activa	58707	33834	24873	70728	39515	31213
- Empregada	57118	33084	24034	67424	38090	29334
- Desempregada	1589	750	839	3304	1425	1879
Taxa de actividade	49,50%	58,80%	40,70%	52%	59,40%	45%
Taxa de desemprego	2,70%	2,20%	3,40%	4,70%	3,60%	6,00%

Fonte - INE, Censos

5.2. Distribuição por Sectores de Actividade

Em 2001 a distribuição da população empregada em Santa Maria da Feira, por sectores de actividade económica, evidencia uma concentração muito significativa no sector secundário e um peso do sector primário quase residual (Tabela 14).

Em confronto com os dados de 1991, verifica-se a terciarização comum ao país, à custa da perda do peso dos restantes sectores. Em 1991 o sector dos serviços empregava 27,06% da população activa e em 2001 esta percentagem tinha subido para 36,64%.

Em relação ao sector primário, o concelho, em 2001, confrontado com a região Norte e com Portugal (Tabela 15) regista valores cerca de três vezes menores, espelho de um concelho eminentemente urbano.

O sector secundário tem um peso próximo do de Entre Douro e Vouga (superiores a 60%) e é o mais importante, ao contrário da região Norte e, especialmente, do país onde o sector terciário ocupa aproximadamente 60% da população activa.

Tabela 14

População activa e empregada de Santa Maria da Feira por sectores de actividade, 1991 e 2001

	1991		2001		evolução entre 1991 e 2001	
	nº	%	nº	%	nº	%
sector primário	1257	2,20%	892	1,32%	-365	-29,04%
sector secundário	40405	70,74%	41829	62,04%	1424	3,52%
sector terciário	15456	27,06%	24703	36,64%	9247	59,83%
total	57118	100,00%	67424	100,00%	10306	18,04%

Fonte - INE, Censos

Tabela 15

Estrutura comparada do emprego por sectores de actividade, 2001

	primário	secundário	terciário
Santa Maria da Feira	1,32%	62,04%	36,64%
Entre Douro e Vouga	2,59%	60,91%	36,50%
Norte	4,75%	45,77%	49,47%
Portugal	4,98%	35,10%	59,92%

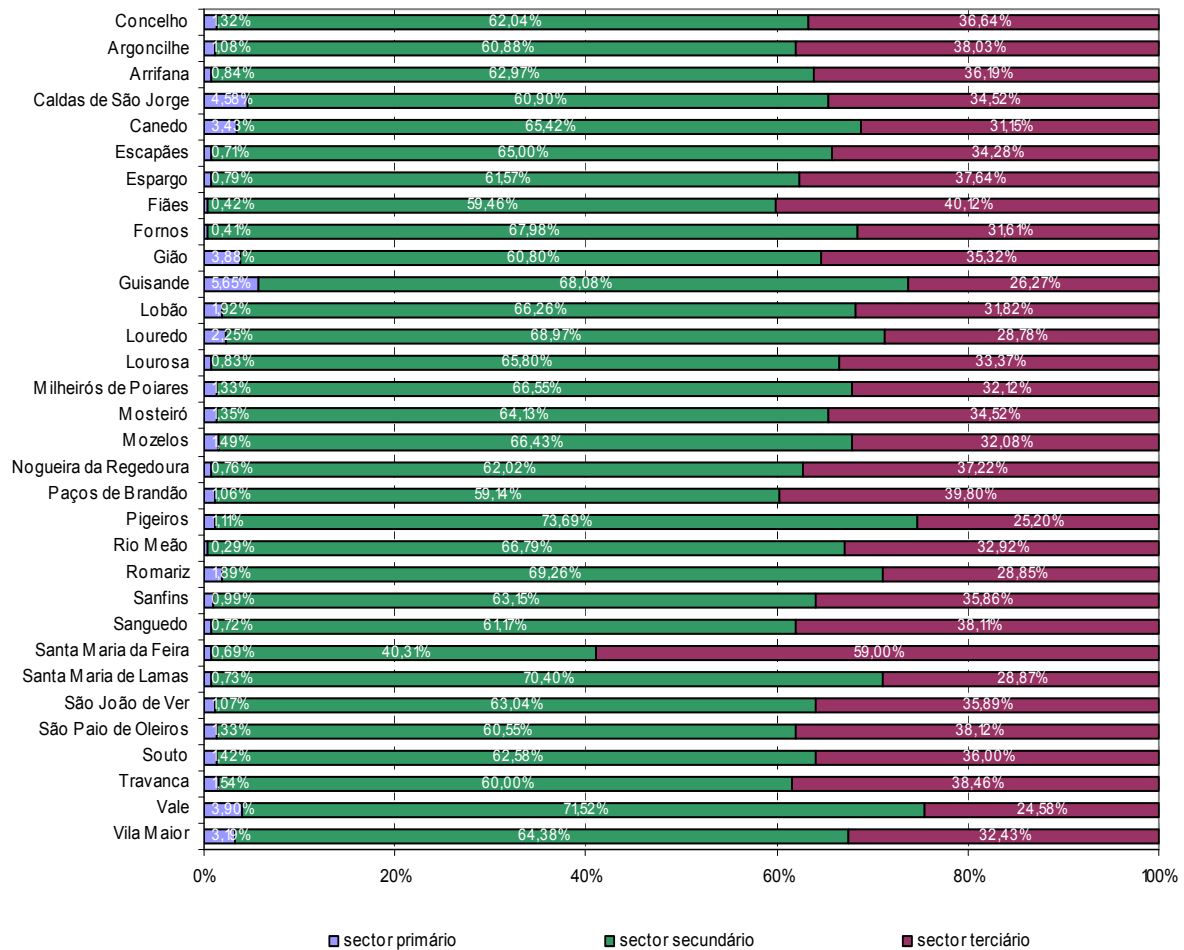
Fonte - INE, Censos

A generalidade das freguesias (Gráfico 12) reflecte os valores do concelho, com o sector secundário a preponderar. Diferencia-se a freguesia de Santa Maria da Feira em que o peso do sector terciário (59%) se aproxima da média nacional.

Quanto ao sector primário há a notar a sua maior relevância nas freguesias de Caldas de São Jorge, Canedo, Gião, Guisande, Vale e Vila Maior.

O sector industrial representa mais de 70% nas freguesias de Pigeiros, Santa Maria de Lamas e Vale, valores muito superiores aos do concelho e aos do Entre Douro e Vouga.

Gráfico 12
Distribuição da população activa por sector de actividade - freguesias, 2001



Fonte – INE, Censos

5.3. Mobilidade

Analisando a mobilidade da população activa residente no concelho através do número de viagens efectuadas em direcção ao local de trabalho¹⁵, conclui-se que o número de deslocações para outros concelhos (29,7%) é muito inferior às deslocações intraconcelhias, revelando a capacidade de Santa Maria da Feira gerar emprego para os seus residentes.

No que toca às deslocações para fora do concelho (Tabela 16), o município do Porto, seguido de perto por São João da Madeira e Vila Nova de Gaia constituem os principais centros de atracção. No referente às viagens entre as freguesias do concelho, a freguesia de Santa Maria da Feira é, naturalmente, o destino privilegiado concentrando 26,3% das viagens.

Tabela 16

Destino para outros concelhos das viagens da residência para o local de trabalho, em percentagem

	%
Porto	19,89%
S. João da Madeira	17,98%
Vila Nova de Gaia	16,62%
Ovar	10,90%
Oliveira de Azeméis	7,90%
Espinho	5,99%
Aveiro	3,27%
Arouca	1,91%
Outros	15,53%

Fonte: Inquérito para a Revisão do PDM, 2002, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

¹⁵ Fonte: Inquérito para a Revisão do PDM, 2002, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

5.4. Empresas com sede no Concelho

O tecido empresarial¹⁶ de Santa Maria da Feira, avaliado pelo número de empresas com sede no concelho (14.435), é marcadamente industrial (Tabela 17 e Gráfico 13). Isto sem ter em conta o peso das actividades comerciais incluídas na categoria G que é homogéneo em relação aos valores do país, do Norte e do Entre Douro e Vouga.

À indústria transformadora corresponde um peso de 24,20% (3.493 empresas), seguindo-se em ordem de importância as empresas que se dedicam à construção 18,90% (2.728 empresas), consequência da dinâmica demográfica e do crescimento do parque de edifícios no concelho.

O peso do sector primário é muito reduzido, inferior ao das unidades territoriais utilizadas para comparação.

¹⁶ Legenda dos códigos de actividades (CAE- Rev. 2)

A – agricultura, produção animal, caça, silvicultura

B – pesca

C – indústrias extractivas

D – indústrias transformadoras

E – produção e distribuição de electricidade

F – construção

G – comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico

H – alojamento e restauração (restaurantes e similares)

I – transportes, armazenagem e comunicações

J – actividades financeiras

K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas

L – administração pública, defesa e segurança social obrigatória

M – educação

N – saúde e acção social

O – outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais

P – famílias com empregados domésticos

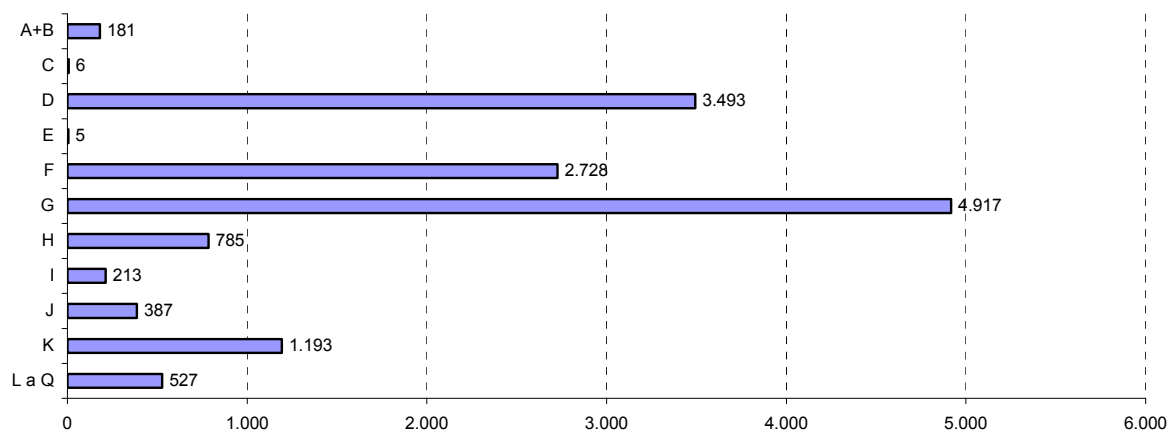
Q – Organismos internacionais e outras instituições extra territoriais

Tabela 17
Empresas sedeadas segundo a CAE-Rev.2 em 31/12/2002, em percentagem

	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
Santa Maria da Feira	1,25%	0,04%	24,20%	0,03%	18,90%	34,06%	5,44%	1,48%	2,68%	8,26%	3,65%
Entre Douro e Vouga	3,41%	0,11%	23,19%	0,05%	16,81%	34,46%	5,71%	1,67%	2,99%	7,71%	3,89%
Norte	5,99%	0,20%	15,71%	0,04%	14,62%	35,85%	8,61%	2,55%	3,40%	8,42%	4,61%
Portugal	7,91%	0,17%	10,46%	0,04%	17,03%	34,47%	8,83%	2,95%	3,40%	9,77%	4,97%

Fonte - INE, Anuário Estatístico da Região Norte

Gráfico 13
Número de empresas sediadas no concelho por CAE-rev2 em 31/12/2002



FORNE – INE, Anuário Estatístico da Região Norte

A indústria transformadora¹⁷ (Tabela 18 e Gráfico 14) tem sido ao longo da história do concelho o motor do desenvolvimento, com relevo para as indústrias da madeira e da cortiça que representam 50,59% do

¹⁷ Legenda dos códigos de actividades da indústria transformadora (CAE- Rev. 2):

DA – indústrias alimentares, bebidas e tabaco

DB – indústria têxtil

DC – indústria do couro e dos produtos em couro

DD – indústrias da madeira e da cortiça e suas obras

DE – indústria de pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão

DF – fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear

DG – fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais /

total de empresas da indústria transformadora, e do couro, correspondendo a 17,96% das empresas da indústria transformadora).

O significado do sector transformador assume ainda maior relevância quando comparado com a NUT III Entre Douro e Vouga. Os dados disponíveis, a partir do Anuário Estatístico da Região Norte, 2002, do INE, indicam que Santa Maria da Feira concentra 51,1% do número de empresas, 46,5% do número de trabalhadores e 55% do volume de vendas da NUT do Entre Douro e Vouga.

Tabela 18

Empresas da indústria transformadora sedeadas segundo a CAE-Rev.2 em 31/12/2002, em percentagem

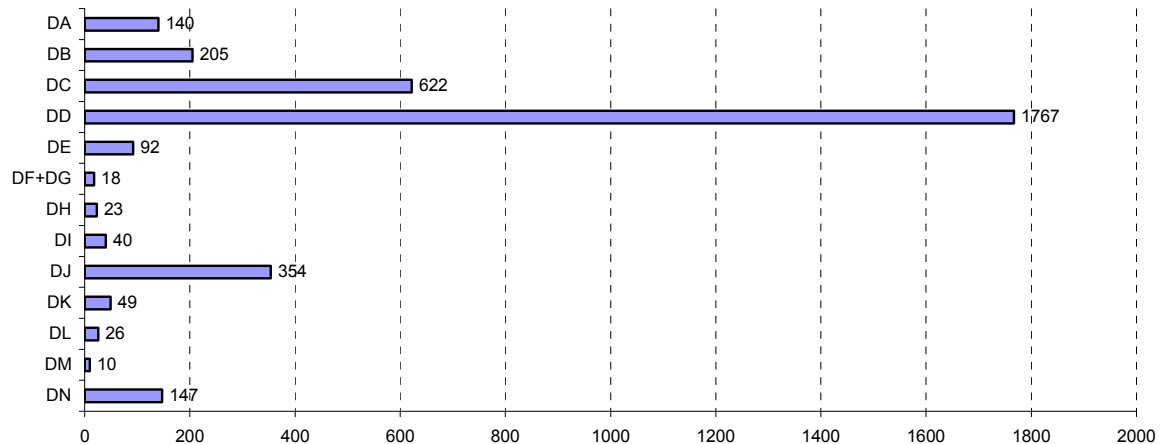
	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Santa Maria da Feira	4,01%	5,87%	17,81%	50,59%	2,63%	0,52%	0,66%	1,15%	10,13%	1,40%	0,74%	0,29%	4,21%
Entre Douro e Vouga	5,28%	7,33%	30,31%	30,06%	2,76%	0,50%	1,29%	1,14%	12,55%	2,97%	0,73%	0,47%	4,63%
Norte	6,49%	34,12%	7,87%	11,10%	3,12%	0,63%	0,94%	3,24%	12,81%	2,56%	1,50%	0,48%	15,11%
Portugal	10,97%	23,05%	4,32%	10,79%	5,37%	0,83%	1,11%	5,47%	18,56%	4,25%	2,26%	0,93%	12,09%

Fonte - INE, Anuário Estatístico da Região Norte

/....

- DH – fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
- DI – fabricação de outros minerais não metálicos
- DJ – indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
- DK – fabricação de máquinas e de equipamentos não especificados
- DL – fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
- DM – fabricação de material de transporte
- DN – indústrias transformadoras não especificadas

Gráfico 14
Número de empresas da indústria transformadora com sede no concelho segundo a CAE-rev.2 em
31/12/2002



Fonte – Anuário Estatístico da Região Norte

Santa Maria da Feira tem-se revelado muito atractiva para a captação de investimento industrial estrangeiro que se consubstancia na implantação no concelho de importantes unidades industriais, desde os anos de 1970, nos sectores da cortiça, calçado, distribuição alimentar e vestuário. A afinidade da distribuição do número de empresas com a da população activa empregada por sector de actividade sugere que coexistindo com empresas de média e grande dimensão existe um número considerável de pequenas empresas.

De destacar ainda, finalmente, o complexo do Europarque que disponibiliza um leque diversificado de serviços, ao mesmo tempo que constitui um pólo de atractividade e inovação.

6 – Caracterização educativa do concelho de Santa Maria da Feira

Pretende-se neste capítulo dar uma panorâmica do estado da oferta e procura educativa no concelho de Santa Maria da Feira, nos seus diferentes subsistemas, em especial no sistema escolar. Para um melhor entendimento começaremos por apresentar o sistema educativo em vigor, tendo como fundamento a Lei de Bases do Sistema Educativo e só depois iremos analisar cada um dos segmentos que o compõem.

6.1 - Breve enquadramento: O sistema educativo

O Sistema Educativo Português, regulado pela Lei de Bases do Sistema Educativo publicada em 1986, compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A educação pré-escolar, que é assumida, na lei, como complementar ou supletiva da acção educativa da família, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (5-6 anos). A sua frequência é facultativa, sendo reconhecido à família o principal papel no processo de educação pré-escolar.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias de iniciativa diversificada, desde do poder local ao poder central, a colectividades, empresas, instituições de solidariedade social, etc.

A educação escolar, centro do sistema educativo português, compreende os ensinos básico, secundário e superior e integra modalidades especiais incluindo, ainda, actividades de ocupação de tempos livres.

O ensino básico inicia-se para as crianças que completam 6 anos até 15 de Setembro, podendo, no entanto, desde que os encarregados de educação o requeiram, ingressar nele crianças que completem aquela idade até 31 de Dezembro. A sua frequência é obrigatória, terminando esta obrigatoriedade, no entanto, aos 15 anos de idade.

O ensino básico compreende três ciclos sequenciais. O primeiro ciclo tem a duração de 4 anos, o segundo ciclo dois anos e o terceiro ciclo três anos. Cada ciclo desempenha a função de completar, aprofundar e alargar os conhecimentos adquiridos no ciclo anterior, devendo o ensino básico, no seu conjunto, pelo menos assim a lei o determina, corresponder a uma unidade global.

Existem escolas especializadas cuja função é reforçar componentes do ensino artístico, sem que haja prejuízo da formação básica.

O ensino secundário, com a duração de três anos, organiza-se, diferenciadamente, com cursos predominantemente orientados para a vida activa (Tecnológicos, Profissionais e Aprendizagem) ou para o prosseguimento de estudos (Cursos Gerais, hoje designados por Cursos Científico - Humanísticos). Têm acesso ao ensino secundário todos aqueles que completaram, com sucesso, o ensino básico.

Apesar de garantida pela Lei de Bases, a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para prosseguimento de estudos dificilmente existe, na prática, uma correspondência directa de anos de escolaridade.

No ensino secundário existem, previstos na Lei, estabelecimentos de ensino, especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

O Ensino Superior compreende o ensino universitário e politécnico que podem conferir os graus de Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor, através de cursos de duração variável.

Como atrás afirmamos, para além dos subsistemas referidos, a educação escolar integra modalidades especiais: a educação especial, a formação profissional, o ensino recorrente de adultos, o ensino a distância e o ensino português no estrangeiro.

A educação especial visa a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais. Esta modalidade especial de educação escolar organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas quando o tipo ou grau de deficiência assim o exija. Existem também formas de educação especial que visam a integração profissional do portador de deficiência.

A formação profissional visa essencialmente uma integração no mundo de trabalho pela aquisição de conhecimentos e competências profissionais e destina-se:

- aos que tenham concluído a escolaridade obrigatória,
- aos que não concluíram o 9º ano de escolaridade até à idade limite da escolaridade obrigatória,
- aos trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissional.

No sentido de abarcar toda a diversidade daqueles que a ela têm acesso a formação profissional estrutura-se de forma a desenvolver acções de:

- Iniciação profissional
- Qualificação profissional
- Aperfeiçoamento profissional
- Reconversão profissional.

O ensino recorrente de adultos destina-se àqueles que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário, portanto com mais de 15 anos para o nível do ensino básico e 18 anos para o nível secundário.

Não nos iremos debruçar aqui sobre o ensino à distância ou o ensino português no estrangeiro.

Finalmente a educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

São, portanto, múltiplas as formas como a educação extra-escolar se pode desenvolver, contribuindo para isso as infra-estruturas culturais existentes no concelho.

6.2 – Indicadores educacionais do concelho

Analisemos agora alguns dos indicadores do desenvolvimento educacional de Santa Maria da Feira comparando-os com os que apresentam algumas das unidades territoriais em que se integra.

A taxa de analfabetismo (6,7% em 2001) é, como já atrás vimos¹⁸, mais baixa que as médias do Entre Douro e Vouga, da Região Norte e de Portugal. Mas para além disto sofreu uma das mais significativas baixas entre censos. Entre 1991 e 2001, esta taxa sofreu uma diminuição de 1,7 pontos percentuais, passando de 8,4% para 6,7%.

¹⁸ Ver Tabela 11

Será de referir que, nas camadas mais jovens da população, o analfabetismo tem já uma expressão insignificante.

No que respeita ao subsistema pré-escolar, a situação do concelho tem registado avanços significativos mas é ainda um dos subsistemas que mais desafios coloca. Entre 1999 e 2004 progrediu mais de 10 pontos percentuais situando-se actualmente nos 81,4%. O valor apresentado pelo Ministério da Educação para o Entre Douro e Vouga era, em 2001/2002 de 77,1%.

Comparemos agora alguns outros indicadores de escolaridade no concelho.

No que respeita ao abandono escolar¹⁹, que permite medir o cumprimento efectivo da escolaridade obrigatória, o seu valor em Santa Maria da Feira era de 3,1% em 2001, valor superior ao valor médio do Entre Douro e Vouga, e que só é ultrapassado no concelho de Arouca com 3,3%.

Tabela 19
Quadro comparativo de alguns indicadores de escolaridade, em 2001

	Abandono	Saída antecipada	Saída precoce	Retenção no ensino básico ^{a)}	Aproveitamento no ensino secundário^{a)}
Santa Maria da Feira	3,1%	33,7%	53,9%	10,5%	76,8%
Entre Douro e Vouga	2,6%	33,5%	54,1%	11,7%	70,8%
Portugal	2,7%	24,6%	44,8%	-	-

a) Estes dados referem-se ao ano lectivo 1999/2000
FONTE – Ministério da Educação

A situação de abandono é uma situação que mereceu uma atenção especial do Ministério da Educação na década de 90 o que permitiu baixar, no continente de 12,5% em 1991 para 2,7% em 2001.

¹⁹ Total de indivíduos no momento censitário, com idades entre os 10 e os 15 anos que não concluíam o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

No caso concreto de Santa Maria da Feira os dados recolhidos junto dos diferentes agrupamentos de escolas, permitem afirmar que em escolas que representam cerca de 70% da população do ensino básico abandonaram a escola, em 2003/2004, 0,7% dos alunos.

Relativamente à taxa de saída antecipada²⁰, as taxas do Entre Douro e Vouga são das mais elevadas do país encontrando-se ainda assim Santa Maria da Feira acima da média da região. Este indicador permite-nos ter uma ideia do modo como o ensino básico é cumprido no concelho, podendo afirmar que apenas dois em cada três jovens feirenses terminam o ensino básico.

Relativamente à saída precoce²¹ Santa Maria da Feira volta a apresentar um valor muito elevado embora ligeiramente abaixo da média do Entre Douro e Vouga. Mais de metade dos jovens do concelho não tinham terminado aos 18 anos o ensino secundário nem se encontrava a estudar. Este é um dos indicadores que, quando comparado com o dos outros países da União Europeia, dão uma medida do atraso estrutural do nosso país, já que espelha a falta de qualificação dos recursos humanos, fundamental para o desenvolvimento. Para termos uma ideia do desnível existente refira-se que, em 2001, o valor médio da saída precoce nos quinze países que constituíam a união era de 19%.

No que respeita aos outros dois indicadores referidos no quadro anterior que são aqueles em que Santa Maria da Feira apresenta melhores valores, a sua leitura tem que ser feita com muito cuidado.

No caso da retenção no ensino básico²² é necessário ter em atenção que um jovem pode não permanecer na escola apesar de não ter tido êxito, sendo neste caso contabilizado no abandono

²⁰ Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

²¹ Total de indivíduos, no momento censitário, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

²² Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano do ensino básico, em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

escolar se tiver menos de 15 anos ou nas saídas antecipadas se tiver mais do que aquela idade e menos de 24 anos.

Os dados recolhidos junto das escolas de ensino básico corroboram, em 2003/2004, o valor daquele indicador já que numa amostra correspondente a mais de 70% dos alunos do ensino básico o valor do insucesso foi de 10%. Para este valor há uma contribuição diferenciada de cada um dos ciclos que passa desde os 5% no 1º ciclo, aos 10% no 2º ciclo e aos 17% no 3º ciclo.

6.3 – Oferta e procura de educação escolar em Santa Maria da Feira

O concelho de Santa Maria da Feira possui um parque escolar muito vasto.

Tabela 20

Variação do número de escolas e da frequência dos diferentes segmentos de ensino entre 1999/2000 e 2004/2005, em Santa Maria da Feira

	Escolas			Alunos		
	1999/2000	2004/2005	Variação	1999/2000	2004/2005	Variação
Pré-escolar	103	115	+ 11,7%	3 364	4 098	+ 21,8
1º Ciclo	89	87	-2,2%	7 033	7 115	+ 1,2%
2º Ciclo	12	12	0,0%	3 715	3 699	-0,4%
3º Ciclo	13	13	0,0%	5 600	5 473	-2,3%
Secundário	4	4	0,0%	2 794	2 882	+ 3,1%
Total	208	218	+4,8%	22 506	23 267	+ 3,4%

NOTAS – Para determinação do número total de escolas, as escolas com mais de um ciclo só são contadas uma vez, excepção feita às escolas do pré-escolar e 1º ciclo.

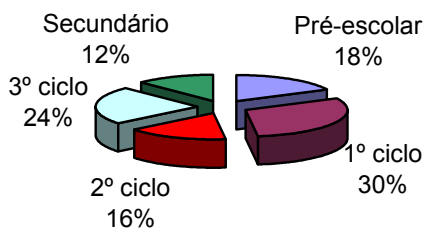
No nível secundário está contabilizada a Escola Profissional de Paços de Brandão, que é a única escola profissional do Entre Douro e Vouga.

Existem ainda em Santa Maria da Feira, três escolas de música reconhecidas pelo Ministério da Educação, com paralelismo pedagógico, e ainda dois Centros de Formação Profissional.

Nos últimos 6 anos, o número de crianças e jovens a frequentar as escolas do concelho, com excepção no pré-escolar, não sofreu grandes alterações. Se retirássemos as crianças matriculados nos jardins-de-infância poderíamos concluir que em 2004/2005 matricularam-se mais 27 alunos do que em 1999/2000, isto num universo de mais de 19 000 estudantes.

Gráfico 15

Distribuição dos alunos, em Santa Maria da Feira, em 2004/2005



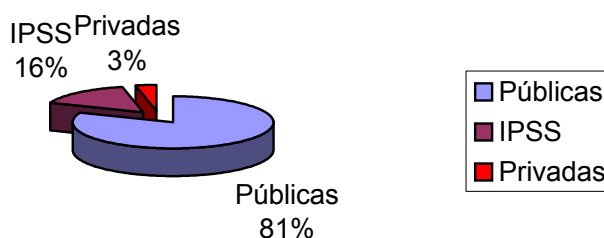
Podemos verificar o pouco peso que tem o ensino secundário no conjunto de todo o sistema, representando os seus alunos apenas 12% dos estudantes do concelho.

6.4 – Educação pré-escolar

Em Santa Maria da Feira existem em funcionamento, em 2004-2005, 91 estabelecimentos de educação pré-escolar pertencentes à rede do Ministério da Educação, 2 públicos pertencentes à Segurança Social e 22 privados, dos quais 18 pertencentes a Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS).

Gráfico 16

Estabelecimentos de educação pré-escolar, em 2004/2005,
segundo a sua natureza



FONTE – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Todas as freguesias do concelho possuem estabelecimentos pertencentes à rede tutelada directamente pelo Ministério da Educação.

O peso do número de crianças que frequentam escolas públicas, relativamente à totalidade das que frequentam o pré-escolar, é inferior ao peso do número de instituições públicas que promovem jardins-de-infância (Gráficos 16 e 17)

A grande maioria dos jardins-de-infância pertencentes à rede do Ministério da Educação têm uma dimensão muito pequena, tendo 70% deles apenas uma sala em funcionamento.

Gráfico 17

Frequência do pré-escolar, em 2004/2005, segundo o tipo de estabelecimento

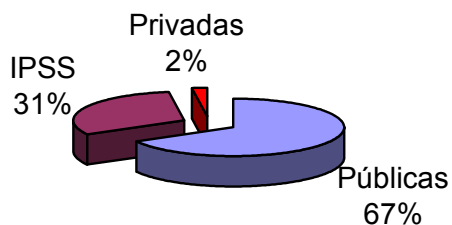


Tabela 21

Distribuição dos jardins-de-infância da rede do Ministério da Educação, em Santa Maria da Feira, segundo o número de salas em funcionamento, em 2004/2005

Nº de Salas	com 1 sala		com 2 salas		com 3 salas		com 4 salas	
Nº de jardins	64	70%	19	21%	7	8%	1	1%

FONTE – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Pelo contrário, os jardins-de-infância pertencentes às IPSS só em quatro casos possuem menos de três salas, preponderando este número de salas em funcionamento em mais de metade dos jardins-de-infância.

Tabela 22

Distribuição dos jardins-de-infância privados, em Santa Maria da Feira, segundo o número de salas em funcionamento em 2004/2005²³

Nº de Salas	Com 1 sala		com 2 salas		com 3 salas		Com 4 salas		com 5 salas		com 6 salas	
Nº de jardins	2	10,5%	2	10,5%	10	52,7%	2	10,5%	2	10,5%	1	5,3%

²³ Estão incluídos no quadro os dois jardins-de-infância propriedade pública tutelados pela Segurança Social

A pouca expressão dos jardins-de-infância privados não pertencentes à rede solidária tem também tradução no número de salas em funcionamento, já que apenas um possui duas salas e os três restantes uma só.

Tabela 23

Jardins-de-infância por área de agrupamento e frequência no ano lectivo 2004/2005

Área do Agrupamento	Freguesias	Nº de escolas de educação pré-escolar ²⁴	Frequência em 2004/2005
Argoncilhe	Argoncilhe Sanguedo	11	368
Arrifana	Arrifana Escapães	8	302
Canedo	Canedo Vila Maior	7	200
Lobão	Gião Guisande Lobão Louredo Vale	12	311
Fernando Pessoa	Espargo Santa Maria da Feira ²⁵ Mosteirô Souto Travanca	18	626
Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida	Santa Maria da Feira Fornos Sanfins São João de Ver ²⁶	11	427
Fiães	Caldas de S. Jorge Fiães	11	289
Lourosa	Lourosa São João de Ver	7	349
Milheirós de Poiares	Milheirós de Poiares Pigeiros Romariz	9	321
Nogueira, Mozelos e Lamas	Mozelos Nogueira da Regedoura Santa Maria de Lamas	8	424
Paços de Brandão	Paços de Brandão Rio Meão São Paio de Oleiros	13	481

²⁴ Consideraram-se todos os jardins-de-infância existentes na área do agrupamento independentemente da entidade proprietária

²⁵ Incluíram-se neste agrupamento os jardins-de-infância da freguesia de Santa Maria da Feira que não pertencem à rede do Ministério da Educação

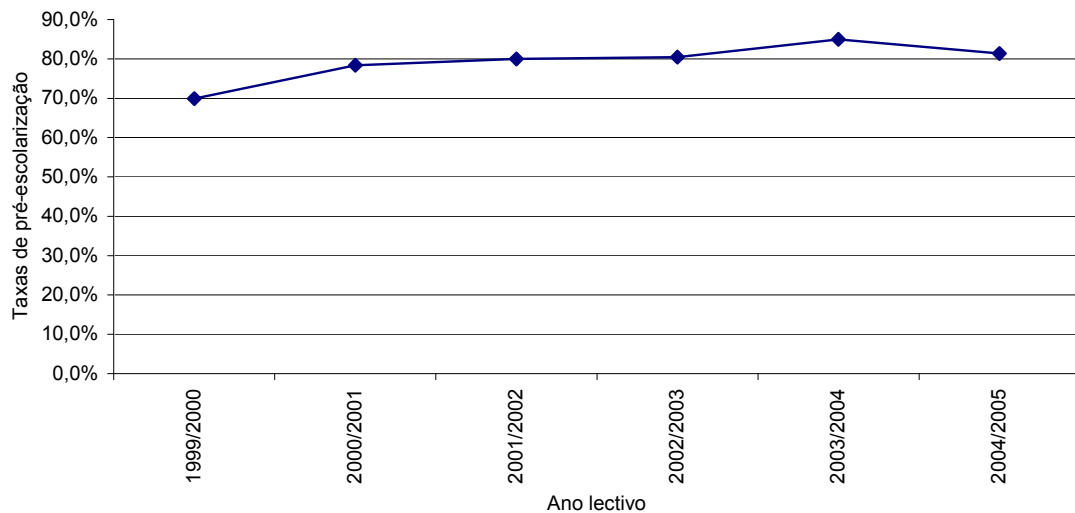
²⁶ Foi incluído neste agrupamento o jardim-de-infância pertence à IPSS localizada na freguesia de S. João de Vêr

Para efeitos de gestão, os jardins-de-infância da rede do Ministério da Educação encontram-se, como já vimos, reunidos em conjunto com escolas do ensino básico, em 11 agrupamentos.

A taxa de pré-escolarização²⁷ do concelho, calculada a partir da frequência dos jardins-de-infância nele existentes e da projecção de população residente, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, obtida a partir do censo de 2001, tem o valor de 81,4%, em 2004/2005. Esta taxa progrediu no período de seis anos, entre 1999/2000 e 2004/2005, 11,5 pontos percentuais.

Gráfico 18

Evolução da Taxa de pré-escolarização em Santa Maria da Feira, entre 1999 e 2004



FONTE – Ministério da Educação; INE – Censo de 2001; Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Em algumas das freguesias do concelho a capacidade de acolhimento dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede do Ministério da Educação (ME) é suficiente para receber todas as

²⁷ Relação entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar e a população residente do grupo etário 3-5 anos

crianças entre os 3 e os 5 anos que nelas habitam. Em algumas freguesias, a taxa de pré-escolarização é até superior a 100%. Significa isto que existem mais crianças a frequentar o pré-escolar do que aquelas que residem na freguesia ou, então, que entre as que frequentam o pré-escolar ainda há algumas com idade superior a 5 anos.

Em muitos casos a situação é explicável pela mobilidade existente entre freguesias, ou até entre concelhos vizinhos, ou porque as crianças acompanham os pais nas suas deslocações para o trabalho ou porque as instituições que promovem o jardim-de-infância possuem meios que facilitam a deslocação.

São significativamente elevadas as taxas referentes às freguesias de Escapães (148,8%), Paços de Brandão (121,6%), Sanguedo (130,5%) e S. Paio de Oleiros (159,4%).

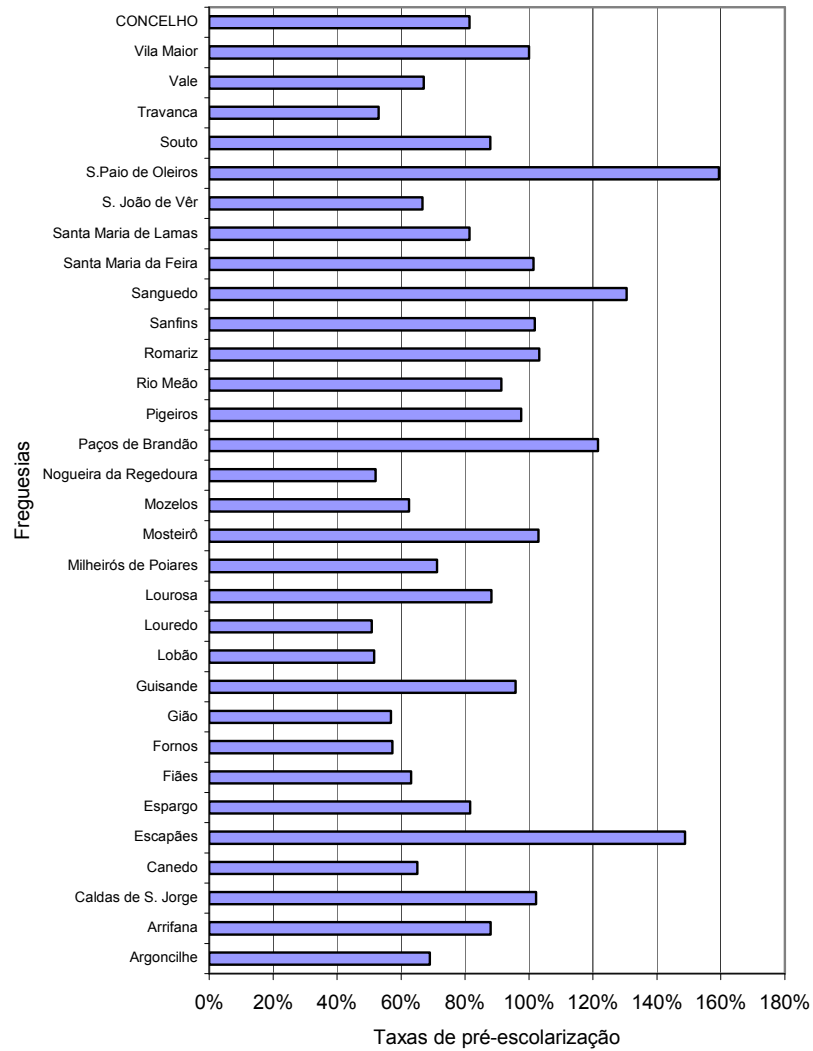
Embora com taxas mais baixas é interessante verificar o que se passa em Caldas de S. Jorge e Mosteirô em que as taxas ultrapassam os 100% mesmo apenas existindo jardins-de-infância da rede do Ministério da Educação.

Em contrapartida há outras freguesias em que as taxas de pré-escolarização são bastante baixas. Estão neste caso, com taxas inferiores a 60%, Fornos, Gião, Lobão, Louredo, Nogueira da Regedoura e Travanca.

Como conclusão, podemos considerar que a situação Maria da Feira é, no que respeita à capacidade de acolhimento e de uma forma geral, muito razoável, pese embora algumas situações que carecem de particular atenção.

Gráfico 19

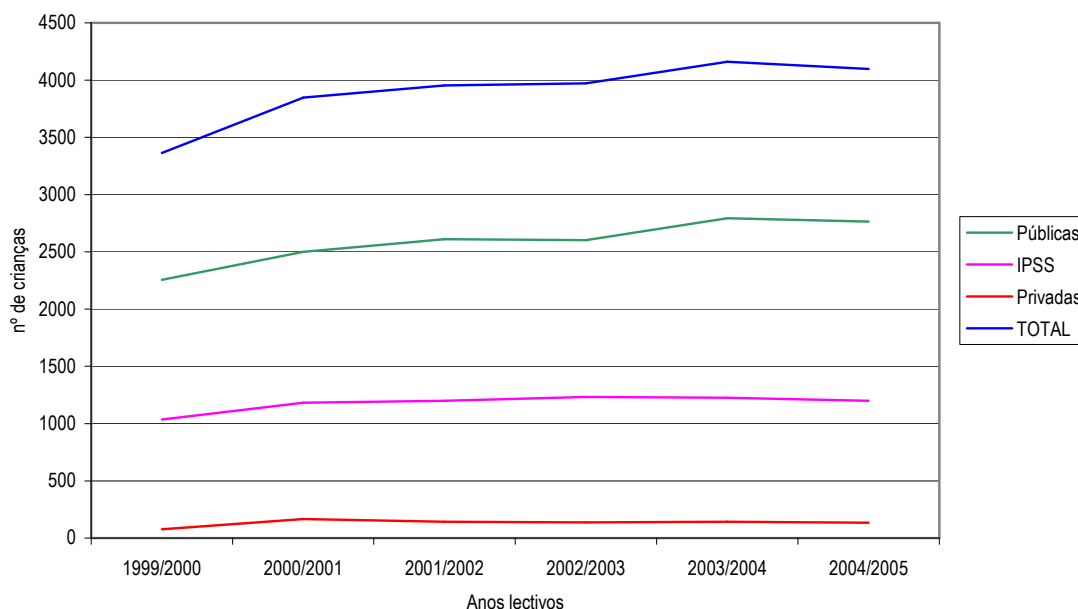
Taxas de pré-escolarização, em 2004-2005, por freguesia



Por outro lado tem de se tomar em consideração que uma parte das famílias de crianças com 3 anos de idade ainda não procura para elas a colocação num estabelecimento de educação pré-escolar mantendo-as em casa com familiares ou recorrendo a outras soluções alternativas.

Gráfico 20

Evolução do número de crianças a frequentar o pré-escolar em Santa Maria da Feira, entre 1999/2000 e 2004/2005



FONTE – Ministério da Educação e Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

De qualquer modo o número de crianças no pré-escolar cresceu relativamente às que se encontravam no subsistema em 1999/2000, cerca de 22%, estando o seu número, no actual ano lectivo, fixado próximo de 4 100.

A importância dada ao subsistema pré-escolar tem vindo a aumentar nos últimos anos, seguindo a tendência europeia, traduzindo-se esta importância não só pelo alargamento das taxas de cobertura

pré-escolar para as crianças a partir dos três anos de idade, mas também pela cooperação cada vez mais estreita com a família. Esta cooperação tem uma tradução prática nos programas de apoio à família, desenvolvidos pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, desde 1998, sob a designação genérica de Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Tabela 24

Crianças inscritas em 2004/2005 no pré-escolar em Santa Maria da Feira, por idade, e taxas de pré-escolarização

	3 anos	4 anos	5 anos	TOTAL
Inscritos	992	1524	1582	4098
Taxa de pré-escolarização	57,5%	91,3%	95,9%	81,4%

Este programa é integrado, na sua componente sócio-educativa, por um serviço de prolongamento de horário e ocupação nas interrupções lectivas, através do recurso a monitores com preparação adequada para desenvolverem actividades lúdicas e recreativas com as crianças, e um serviço de refeições.

Os pais ou encarregados de educação participam no custo do serviço de apoio à família de acordo com as respectivas condições económicas.

Podemos verificar uma adesão crescente a este programa que atinge já 41,8% das crianças que frequentam os jardins-de-infância públicos da rede do Ministério da Educação.

Os jardins-de-infância que já aderiram ao programa estendem-se por todo o concelho existindo já muitas freguesias em que o programa se desenvolve em todos os seus jardins-de-infância. Estão neste caso Arrifana, Caldas de S. Jorge, Escapães, Gião, Louredo, Milheirós de Poiares, Mosteirô, Nogueira da Regedoura, Pigeiros, Santa Maria de Lamas, São João de Vêr, São Paio de Oleiros, Souto, Travanca e Vila Maior.

Tabela 25
Evolução do número de crianças envolvidas no Programa de Apoio à Família (PAF)

	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Nº de matriculados em JI públicos	2 254	2 501	2 611	2 603	2 795	2 766
Almoço e prolongamento	178	350	807	873	805	774
Só prolongamento	21	28	27	28	30	42
Só almoço	210	154	118	77	234	341
Total de crianças no PAF	409	532	952	978	1 069	1 157
% de crianças envolvidas no PAF	18,1%	21,3%	36,5%	37,6%	38,2%	41,8%

FONTE – Relatório de Actividades de 2004 do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Um aspecto interessante deste programa tem sido a interacção entre diferentes instituições. A Câmara Municipal celebrou protocolos de cooperação com diversas IPSS para o fornecimento de refeições para as crianças que se encontram ligadas ao programa de apoio à família.

A percentagem de adesão às refeições é muito variável de freguesia para freguesia. Existem freguesias onde 70% das crianças que frequentam os jardins-de-infância públicos utilizam o serviço de almoços. É o caso de Espargo.

Há outras freguesias em que não é servida nenhuma refeição através do jardim-de-infância. É o caso de Mozelos e Sanfins.

Tabela 26

Número de crianças do pré-escolar, por freguesia, que utilizam o serviço de refeição dos jardins-de-infância

Freguesias	Crianças inscritas nos JI públicos	Crianças inscritas no programa de apoio à Família	% de inscritos
Argoncilhe	141	46	32,6%
Arrifana	96	62	64,6%
Caldas de S. Jorge	91	49	53,8%
Canedo	151	82	54,3%
Escapães	59	37	62,7%
Espargo	40	28	70,0%
Fiães	139	32	23,0%
Fornos	51	10	19,6%
Gião	50	33	66,0%
Guisande	46	17	37,0%
Lobão	131	79	60,3%
Louredo	31	17	54,8%
Lourosa	178	44	24,7%
Milheirós de Poiares	65	34	52,3%
Mosteirô	70	34	48,6%
Mozelos	84	-	0%
Nogueira da Regedoura	115	19	16,5%
Paços de Brandão	87	10	11,5%
Pigeiros	18	11	61,1%
Rio Meão	93	11	11,8%
Romariz	103	60	58,3%
S. João de Vêr	186	114	61,3%
S. Paio de Oleiros	72	29	40,3%
Sanfins	30	-	0%
Sanguedo	88	13	14,8%
Santa Maria da Feira	212	95	44,8%
Santa Maria de Lamas	70	17	24,3%
Souto	123	49	39,8%
Travanca	44	27	61,4%
Vale	53	29	54,7%
Vila Maior	49	27	55,1%
TOTAL	2766	1115	40,3%

No que diz respeito aos recursos humanos utilizados pelos jardins-de-infância torna-se difícil fazer um levantamento completo da situação, quer porque muitas vezes não são fornecidos dados completos por todas as escolas, quer porque as situações são muito diversas e a utilização dos serviços dos profissionais é realizada por várias valências, caso muito vulgar por exemplo nas IPSS.

No entanto, é possível estabelecer um perfil médio, quer dos educadores de infância quer do restante pessoal que presta serviço nos jardins-de-infância. Este perfil foi obtido através do tratamento de dados, que foi possível recolher e que se referem a 51% dos jardins-de-infância públicos e a 95% dos privados.

Em primeiro lugar a quase totalidade dos educadores de infância encontra-se no quadro das instituições a que pertencem.

No caso do público 71% pertence ao quadro de escola e 29% ao quadro de zona pedagógica.

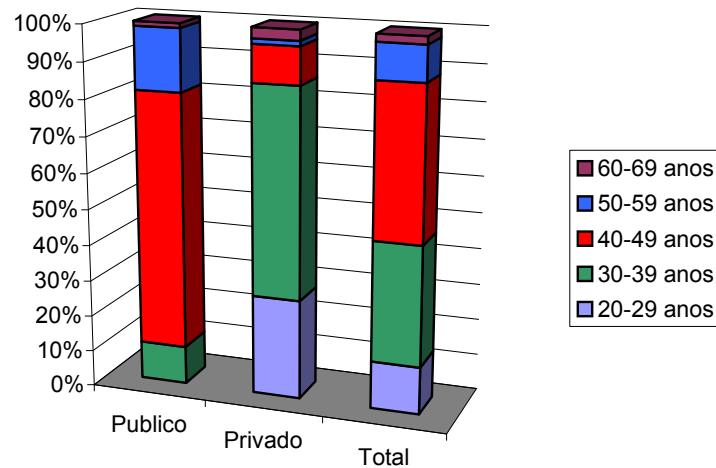
Nos jardins-de-infância privados 87% dos educadores de infância pertencem ao quadro da instituição.

No que respeita à idade, a esmagadora maioria (71%) dos educadores de infância dos jardins-de-infância públicos encontra-se na faixa etária dos 40 aos 49 anos de idade, enquanto que nos estabelecimentos de educação de infância privados são mais novos, situando-se a maioria entre os 30 e os 39 anos de idade.

Saliente-se ainda o facto de não existirem nos jardins-de-infância públicos educadores com menos de trinta anos.

Gráfico 21

Distribuição Percentual dos educadores de infância por idades



Foi também estudado o tempo de ligação ao jardim-de-infância.

No sector público, 70% dos educadores encontra-se no jardim-de-infância há menos de 5 anos, enquanto no sector privado tem praticamente a mesma expressão o intervalo 0-5 anos (43%) e 6-9 anos (39%).

Tabela 27

Distribuição percentual dos educadores de infância pelo tempo de ligação de ligação ao actual jardim-de-infância

	Menos de 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Entre 11 e 15 anos	Mais de 16 anos
Público	69,8%	10,5%	1,3%	18,4%
Privado	43,5%	39,1%	13,0%	4,3%
Total	56,5%	22,7%	6,5%	14,3%

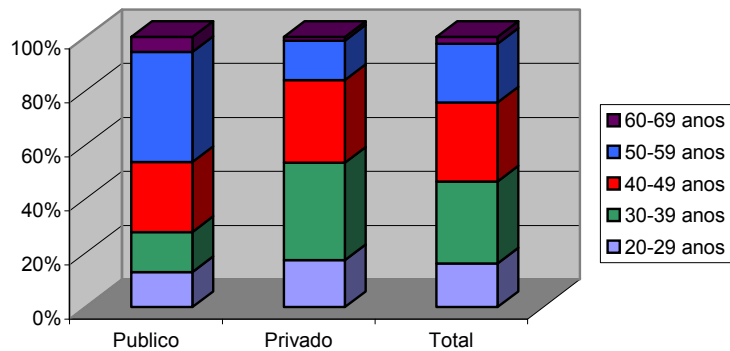
Quanto ao restante pessoal os padrões são diferentes.

Em primeiro lugar, a ligação ao quadro da instituição existe numa percentagem ligeiramente mais baixa. No público 68% dos funcionários está no quadro da escola e no sector privado é de 81%.

No que respeita à idade as diferenças são mais profundas. No caso do sector público a faixa etária maioritária, com 41% é a que fica entre os 50 e os 59 anos, enquanto no sector privado a percentagem de funcionários nesta faixa etária é apenas de 15%. Neste sector a maioria divide-se entre os 30-39 anos de idade (36%) e os 40-49 anos (31%).

Gráfico 22

Distribuição percentual do pessoal auxiliar por idades



No que respeita ao tempo a que se encontra ligado ao jardim-de-infância a distribuição é bastante uniforme pelas categorias definidas, mas saliente-se, quer no sector quer no sector privado o facto de haver uma percentagem significativa que se encontra a prestar serviço na actual escola há mais de 16 anos.

Tabela 28

Distribuição percentual do pessoal do pré-escolar pelo tempo de ligação de ligação ao actual jardim-de-infância

	Menos de 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Entre 11 e 15 anos	Mais de 16 anos
Público	36,4%	27,2%	0%	36,4%
Privado	31,5%	19,8%	29,5%	19,2%
Total	30,6%	19,4%	23,0%	27,0%

6.5 – 1º Ciclo do ensino básico

O concelho de Santa Maria da Feira possui, nas suas 31 freguesias, 86 escolas públicas e 2 escolas privadas que leccionam o 1º ciclo do ensino básico.

As escolas públicas dividem-se pelos 11 agrupamentos já atrás referidos.

Numa primeira análise poderemos concluir que as salas de aula existentes nas escolas básicas do 1º ciclo são suficientes para as necessidades actuais do concelho, permitindo o funcionamento em regime normal em praticamente todas as freguesias.

As situações em que parece haver algum problema, através da observação da relação entre a capacidade existente nas escolas e número de residentes, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, situam-se nas freguesias de Nogueira da Regedoura e Travanca em que aquela relação atinge somente 75%. Nestas freguesias, no entanto, a relação de alunos por turma é, em Nogueira da Regedoura, de 22,0 alunos/turma e em Travanca de 17,4 alunos por turma.

Tabela 29

Escolas do 1º Ciclo, de propriedade pública, de Santa Maria da Feira, por freguesia, respectiva capacidade, nº de salas e nº de turmas

Freguesias	Nº de Escolas	Nº de salas	Nº de Turmas	Capacidade A)	Habitantes 6-9 anos B)	A/B
Argoncilhe	5	17	22	425	427	99 %
Arrifana	4	10	12	250	283	88 %
Caldas de S. Jorge	2	6	7	150	109	137 %
Canedo	6	13	16	325	287	113 %
Escapães	3	9	9	225	137	164 %
Espargo	1	3	3	75	58	129 %
Fiães	6	22	22	550	382	144 %
Fornos	2	5	6	125	134	93 %
Gião	1	4	4	100	110	90 %
Guisande	2	4	5	100	72	138 %
Lobão	3	13	15	325	295	110 %
Louredo	1	4	3	100	74	135 %
Lourosa	4	18	18	450	442	101 %
Milheirós de Poiares	2	7	9	175	182	96 %
Mosteirô	2	6	7	150	95	157 %
Mozelos	3	12	17	300	314	95 %
Nogueira da Regedoura	2	8	10	200	265	75 %
Paços de Brandão	3	12	11	300	187	160 %
Pigeiros	1	4	4	100	69	144 %
Rio Meão	3	13	12	325	207	157 %
Romariz	4	11	14	275	193	142 %
Sanfins	1	4	4	100	94	106 %
Sanguedo	1	6	10	150	133	112 %
Santa Maria da Feira	4	30	31	750	545	137 %
Santa Maria de Lamas	3	11	15	275	232	118 %
S.João de Vêr	5	16	22	400	408	98 %
S.Paio de Oleiros	1	6	9	150	180	83 %
Souto	5	15	14	375	218	172 %
Travanca	2	4	5	100	133	75 %
Vale	3	7	5	175	93	188 %
Vila Maior	1	3	4	75	80	93 %
Concelho	86	303	345	7 575	6438	117 %

O problema principal manifesta-se pelo facto de grande parte das escolas, 45,3% do conjunto do concelho, possuírem menos de quatro salas de aulas, número necessário para poderem funcionar em regime normal sem misturarem alunos de anos de escolaridade diferente.

Tabela 30

Nº de escolas do 1º ciclo em função do nº de salas disponíveis

	1 sala	2 salas	3 salas	4 salas	5 salas	6 salas	7 salas	8 salas	9 salas	10 salas	13 salas	TOTAL
Nº de escolas	7	17	15	25	11	7	-	-	1	2	1	86
%	8,1	19,8	17,4	29,1	12,8	8,1	-	-	1,2	2,3	1,2	100,0

FONTE – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Por outro lado, à dimensão reduzida das instalações junta-se o pequeno número de alunos que muitas das escolas acolhem.

Tabela 31

Número de escolas em função das turmas constituídas, no ano lectivo 2004/2005

Nº de turmas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	13	TOTAL
Nº de escolas	5	20	18	16	10	7	3	2	1	2	1	1	86
%	5,8	23,3	20,9	18,6	11,6	8,1	3,5	2,3	1,2	2,3	1,2	1,2	100,0

FONTE – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Metade das escolas públicas de 1º ciclo do concelho possui menos de quatro turmas, o que significa que juntam alunos de anos de escolaridade diferentes. O problema ainda maior pelo facto de existirem cinco escolas com uma turma apenas, nas freguesias de Fiães, Lobão, Louredo, Romariz e Vale.

Dezanove das escolas do 1º ciclo dividem as instalações com o pré-escolar.

Treze freguesias ainda não têm no seu território geográfico biblioteca pública, incluindo nestas as bibliotecas escolares.

Tabela 32

Freguesias com escolas de 1º ciclo equipadas com refeitório, biblioteca ou que dividem instalações com o pré-escolar e com outras bibliotecas públicas

Freguesias	Bibliotecas nas freguesias	Salas de refeição	Escolas com pré-escolar
Argoncilhe	Uma ^{a)}	Cinco	Não
Arrifana	Uma ^{a)}	Oito	Não
Caldas de S. Jorge	Duas ^{b/d)}	Três	Não
Canedo	Três ^{a) b/c)}	Nove	Uma
Escapães	Uma ^{c)}	Quatro	Não
Espargo	Não	Uma	Uma
Fiães	Três ^{a) b/c)}	Nove	Duas
Fornos	Não	Uma	Não
Gião	Não	Duas	Não
Guisande	Não	Três	Não
Lobão	Três ^{a) b/d)}	Seis	Duas
Louredo	Não	Uma	Não
Lourosa	Duas ^{a) c)}	Seis	Três
Milheirós de Poiares	Três ^{a) b/c)}	Quatro	Uma
Mosteirô	Uma ^{b)}	Duas	Não
Mozelos	Uma ^{b)}	Uma	Não
Nogueira da Regedoura	Não	Duas	Uma
Paços de Brandão	Duas ^{a) b)}	Três	Uma
Pigeiros	Não	Duas	Não
Rio Meão	Uma ^{b)}	Três	Uma
Romariz	Uma ^{b)}	Seis	Uma
S. João de Vêr	Não	Cinco	Não
S. Paio de Oleiros	Duas ^{b) c)}	Quatro	Não
Sanfins	Não	Duas	Não
Sanguedo	Uma ^{c)}	Duas	Não
Santa Maria da Feira	Três ^{a) a) c)}	Onze	Duas
Santa Maria de Lamas	Uma ^{d)}	Três	Não
Souto	Não	Duas	Uma
Travanca	Não	Uma	Não
Vale	Não	Três	Duas
Vila Maior	Não	Uma	Não
TOTAL	Trinta e Duas	Cento e quinze	Dezanove

- a) Escola EB 2,3
b) Escola do 1º ciclo
c) Pólo da Biblioteca Municipal
d) Outra Biblioteca Pública

Nota – Foram contabilizadas todas as salas de refeição existentes nos estabelecimentos de educação e em IPSS

Analisando a evolução do número de alunos do 1º ciclo, matriculados no período entre 1999/2000 e 2004/2005, verificamos que existe uma estabilidade nesse número, não existindo em nenhuma altura

uma variação superior a 1% no número de matriculados em dois anos lectivos consecutivos. Mesmo no que se refere às entradas no sistema, isto é, ao número de alunos matriculados no 1º ano de escolaridade, entre 1999/2000 e 2004/2005, a variação traduziu-se somente numa diminuição de 0,6%.

Tabela 33

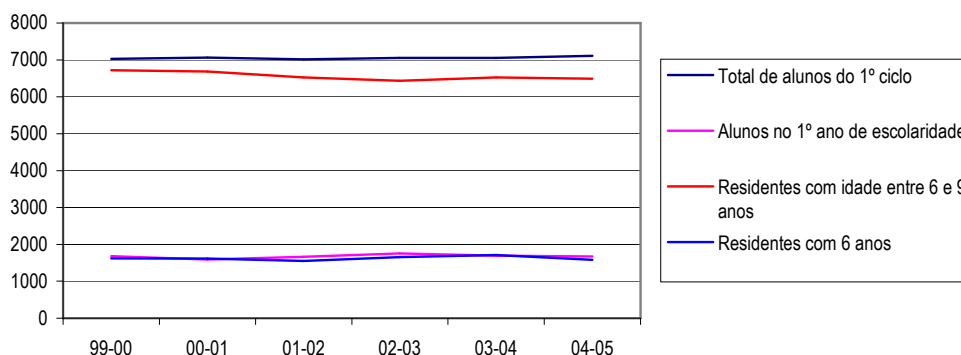
Alunos matriculados por ano lectivo no 1º ano de escolaridade e no 1º ciclo

Ano lectivo	Alunos do 1º ciclo	Alunos do 1º ano
1999/2000	7033	1682
2000/2001	7060	1594
2001/2002	7010	1663
2002/2003	7057	1756
2003/2004	7050	1699
2004/2005	7115	1672

FONTE – DREN - Ministério da Educação

Gráfico 23

Evolução do nº de alunos no 1º ciclo no concelho de Santa Maria da Feira



FONTE – Ministério da Educação; INE – Censo de 2001; Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Os dados referentes ao abandono recolhidos nos agrupamentos mostram que ele é praticamente inexistente neste ciclo do ensino básico.

Já no que se refere ao insucesso, em 2003/2004 ele atingia, no 1º ciclo, 5%, sendo a sua maior incidência no 2º ano de escolaridade em que alcançou a taxa de 8%.

Tabela 34

Taxa de insucesso do 1º ciclo por ano de escolaridade, em 2003/2004

Ano de escolaridade	Taxa de insucesso
1º ano	0%
2º ano	8%
3º ano	6%
4º ano	7%
1º Ciclo	5%

Um dos aspectos a que o município tem prestado uma particular atenção prende-se com alimentação dos jovens estudantes.

Já atrás referimos que em 2004/2005 estão a ser fornecidas, diariamente, 1115 refeições às crianças dos JI, confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, em Instituições Particulares de Solidariedade Social e em EB 2,3 com quem o município estabeleceu protocolos.

Este fornecimento de refeições estende-se também ao 1º ciclo onde são servidas diariamente 1966 refeições.

Metade do total das refeições é confeccionada pelas sete cantinas escolares geridas directamente pela autarquia até ao início do ano lectivo 2003/2004 e que depois foram concessionadas a empresas da especialidade.

O custo das refeições é pago em conjunto pelos pais e pela autarquia sendo utilizado um sistema de três escalões em função dos rendimentos do agregado familiar.

Estes escalões são também utilizados para a concessão de outros apoios que minorem os custos do cumprimento da escolaridade.

Assim, no escalão A a refeição é grátis, no escalão B os alunos nele integrados pagam 50% do custo da refeição (actualmente pagam 0,75 euros diários). No terceiro escalão C o utente paga 1,50 euros, participando a Câmara Municipal com o montante restante até atingir o valor real da refeição.

Para 2004/2005, candidataram-se aos apoios 2 879 alunos, entre os 7 115 alunos matriculados este ano, ou seja 40,5% do total, tendo sido contemplados mais de metade (1 672 alunos) e dentre estes 77,5% classificados no escalão A.

Dentro do apoio à família, e com a finalidade de contribuir para diminuir o abandono escolar, tem sido desenvolvido um programa de ocupação das crianças após o encerramento das actividades lectivas, o “Programa de Prolongamento de Horário” a que aderiram já 26 escolas do 1º ciclo, no ano lectivo 2004/2005. Esta adesão representa um progresso notável do programa, que vai no seu segundo ano de actividade, se compararmos com as cinco escolas que a ele aderiram em 2003/2004. Nestas actividades estão envolvidos 440 alunos do 1º ciclo.

O objectivo do “Programa de Prolongamento de Horário” é ocupar de forma sadia e criativa os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, como forma de animar os tempos livres promovendo o envolvimento, satisfação e bem estar das crianças, valorizando o prazer de brincar.

Neste programa são desenvolvidas várias actividades na área das Artes, Comunicação, educação Ambiental e introdução à Língua Inglesa, para além do apoio ao estudo. Estas actividades são acompanhadas por monitores licenciados e conhecimentos adequados.

Mais à frente iremos referir alguns outros programas que são desenvolvidos a nível de concelho, promovidos pela Câmara Municipal.

No que se refere ao pessoal docente ligado ao primeiro ciclo do ensino básico também não é possível ter uma imagem completa pelos motivos já atrás apontados aquando do estudo do pré-escolar. No entanto a fotografia que se consegue é bastante aproximada e corresponde a 95% das escolas públicas do concelho.

Tabela 35

Caracterização do corpo docente^{a)} do 1º ciclo do ensino básico público, em Santa Maria da Feira, no ano lectivo 2004/2005

		Nº de professores	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	192	48%
	Quadro de zona	128	32%
	Contrato	76	20%
Idade	20 a 29 anos	82	21%
	30 a 39 anos	96	24%
	40 a 49 anos	124	31%
	50 a 59 anos	92	23%
	Mais de 60 anos	5	1%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	276	69%
	Entre 6 e 10 anos	55	14%
	Entre 11 e 15 anos	21	5%
	Mais de 16 anos	49	12%

NOTA – a) Representam 95% do corpo docente do concelho, deste ciclo de estudos

Também no 1º ciclo a maioria (48%) dos professores tem vínculo ao estabelecimento de ensino onde lecciona e apenas 20% tem um vínculo precário com o Ministério da Educação.

Uma grande maioria (69%) dos professores do 1º ciclo estão a leccionar na actual escola há menos de 5 anos.

Interessante é verificar que no que respeita à sua idade os professores de 1º ciclo estes se dividem quase igualmente entre os escalões, deixando, com naturalidade, quase vazio exclusivamente o escalão dos 60 aos 69 anos.

Quanto ao pessoal não docente tem um perfil semelhante ao que verificamos no pré-escolar.

Tabela 36

Caracterização do pessoal não docente do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico público, em Santa Maria da Feira, no ano lectivo 2004/2005

		Nº de funcionários	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	79	61%
	Contrato sem termo	34	26%
	Contrato a termo	16	13%
Idade	20 a 29 anos	13	10%
	30 a 39 anos	25	19%
	40 a 49 anos	31	23%
	50 a 59 anos	44	33%
	Mais de 60 anos	19	15%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	34	28%
	Entre 6 e 10 anos	25	21%
	Entre 11 e 15 anos	7	6%
	Mais de 16 anos	55	45%

Mais de metade (61%) tem um vínculo permanente ao estabelecimento de ensino, um terço tem idade compreendida entre os cinquenta e os sessenta anos e quase metade encontra-se há mais de dezasseis anos no estabelecimento de ensino.

6.6 – 2º e 3º Ciclos do ensino básico

Existem no concelho de Santa Maria da Feira, onze escolas públicas e duas privadas onde são leccionados os 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Dez das onze escolas públicas são as sedes dos agrupamentos verticais de escolas:

EB 2,3 de Argoncilhe

EB 2,3 de Arrifana

EB 2,3 de Canedo

EB 2,3 da Corga, em Lobão

EB 2,3 de Fernando Pessoa, em Santa Maria da Feira

EB 2,3 Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em Santa Maria da Feira

EB 2,3 D. Moisés Alves de Pinho, em Fiães

EB 2,3 de Lourosa

EB 2,3 de Milheirós de Poiares

EB 2,3 de Paços de Brandão

A décima primeira é a Escola Secundária de Santa Maria da Feira que lecciona apenas o 3º ciclo em conjunto com o ensino secundário.

As escolas privadas são

Colégio das Terras de Santa Maria, em Argoncilhe

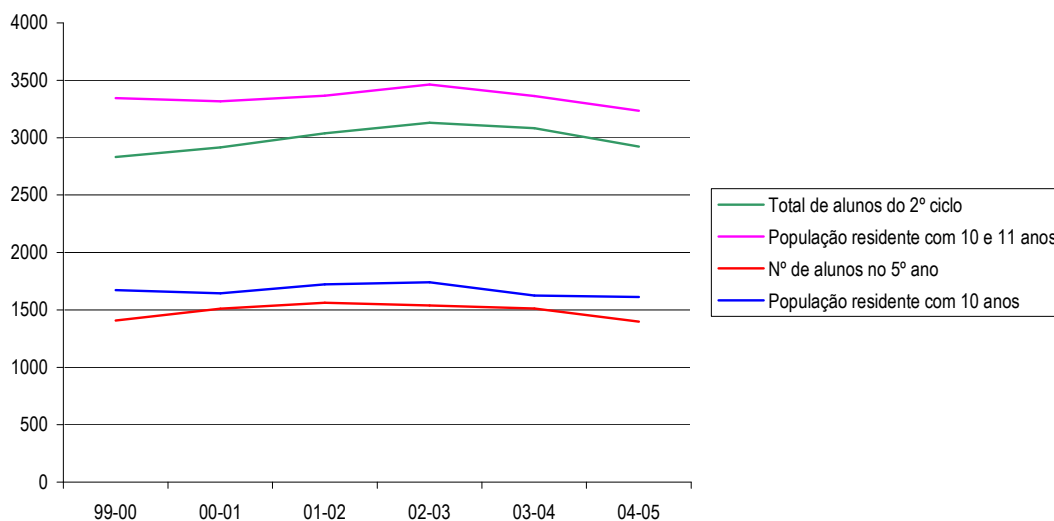
Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas

Esta última escola através de um contrato de associação com o Ministério da Educação assegura o prosseguimento nos 2º e 3º ciclos dos alunos provenientes das escolas que constituem o Agrupamento Horizontal de Escolas de Mozelos, Nogueira e Lamas.

No conjunto destas 13 escolas encontram-se matriculados 3 670 alunos no 2º ciclo, em 2004/2005. Este número comparado com o número de inscritos seis anos atrás corresponde a uma diminuição de 1,2%, fruto da provável diminuição da população residente com idades correspondentes, isto é com 10 – 11 anos de idade.

Gráfico 24

Evolução da frequência do 2º ciclo do ensino básico no concelho de Santa Maria da Feira



FONTES – Instituto Nacional de Estatística Censo à População 2001, DREN – Ministério da Educação; Câmara M. de Santa Maria da Feira

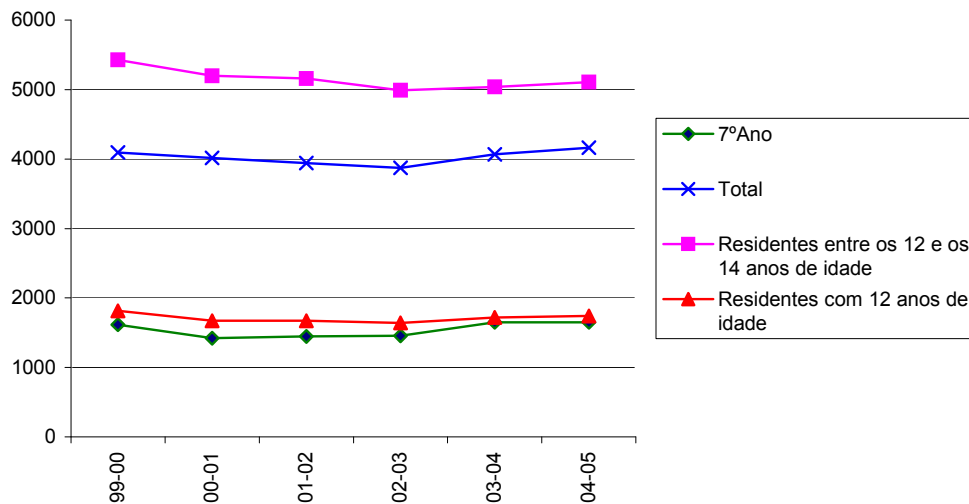
O terceiro ciclo tem, em 2004/2005, 5 460 alunos matriculados o que comparado com o número de alunos matriculados em 1999/2000 corresponde a uma diminuição de 2%, valor inferior aos 6% que se estima ser a redução da população residente com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

A variação do número de alunos não é uniforme em todas as escolas. Há escolas que viram aumentar o seu número de alunos substancialmente. Por exemplo a EB 2,3 D. Moisés Alves de Pinho, a EB 2,3

de Louros a e a EB 2,3 de Paços de Brandão aumentaram significativamente os alunos quer do 2º quer do 3º ciclos. O mesmo se passou com o Colégio Terras de Santa Maria de Argoncilhe, embora a pequena dimensão do Colégio dê outro significado à variação.

Gráfico 25

Evolução do nº de alunos do 3º ciclo no concelho de Santa Maria da Feira e da população nele residente, com idades entre os 12 e 14 anos



FONTES – Instituto Nacional de Estatística Censo à População 2001, DREN – Ministério da Educação; Câmara M. de Santa Maria da Feira

No lado oposto está o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas que no conjunto dos dois ciclos viu diminuir o número de alunos matriculados em 363 alunos ou seja 18,3%.

Tabela 37

Alunos matriculados nas escolas que leccionam 2º e 3º ciclos do ensino básico, em 1999/2000 e 2004/2005

	2º Ciclo			3º Ciclo		
	1999/2000	2004/2005	Variação	1999/2000	2004/2005	Variação
EB 2,3 de Argoncilhe	315	254	-19,4%	631	611	-3,2%
EB 2,3 de Arrifana	238	218	-8,4%	319	294	-7,8%
EB 2,3 de Canedo	266	215	-19,2%	366	332	-9,3%
EB 2,3 da Corga ,Lobão	293	296	+ 1,0%	449	405	-9,8%
EB 2,3 Fernando Pessoa, Feira	543	488	-10,1%	527	473	-10,2%
EB 2,3 Dr. Carlos. A. F. Almeida, Feira	322	353	+ 9,6%	460	414	- 10,0%
EB 2,3 D. Moisés Alves de Pinho, Fiães	253	296	+17,0%	374	464	+ 24,1%
EB 2,3 de Lourosa	159	270	+ 69,8%	222	307	+ 38,3%
EB 2,3 de Milheirós de Poiares	252	250	-0,8%	361	366	+ 1,4%
EB 2,3 de Paços de Brandão	190	283	+ 48,9%	354	385	+ 8,8%
ES de Santa Maria da Feira	1	1	0%	347	365	+ 5,2%
Colégio das Terras de Santa Maria, Argoncilhe	58	90	+ 55,2%	67	83	+ 23,9%
Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas	826	657	-20,5%	1 155	961	- 16,8%
TOTAL	3 715	3 670	-1,2%	5 632	5 460	-3,1%

Quando observamos as taxas de escolarização brutas nestes dois ciclos verificamos que rondam os 100% e embora não haja muitos alunos que ingressem nas escolas do concelho vindos de outros concelhos vizinhos, este valor indicia a ida para escolas de outros municípios e uma taxa de abandono relativamente elevada.

Com os dados fornecidos pelas escolas podemos afirmar que o abandono em 2004/2005 foi de 1% no 2º ciclo e 1,6% no 3º ciclo, que representam valores muito elevados.

Por outro lado, o insucesso verificado nos 2º e 3º ciclos atingem valores preocupantes. Com os dados referentes a 2003/2004, fornecidos pelas escolas, é possível estimar este insucesso em 10% para o 2º ciclo e 17% para o 3º ciclo

No 3º ciclo, a taxa de insucesso chega aos 23%. Ou seja, logo no início de mais um ciclo de aprendizagem um em cada quatro alunos fica retido dando muitos deles o primeiro passo para o abandono escolar.

O terceiro do ensino básico desenvolve-se, para além de em regime diurno, em regime nocturno, como ensino recorrente constituindo uma segunda oportunidade para aqueles que não concluíram na idade considerada normal para o efeito.

Nas duas escolas onde no concelho se desenvolve o ensino do 3º ciclo em regime nocturno estão inscritos, em 2004/2005, 86 alunos, 50 na Escola Secundária Coelho e Castro, em Fiães e os restantes na Escola secundária com 3º ciclo de Santa Maria da Feira.

Uma outra alternativa para a conclusão do ensino básico é denominada cursos de educação-formação, nos quais os alunos, em caso de êxito, para além da obtenção do certificado de ensino básico têm acesso a uma qualificação profissional de nível 2, que lhes pode facilitar a entrada no mercado de trabalho. Em Santa Maria da Feira estes cursos são desenvolvidos, unicamente, na Escola Secundária de Santa Maria da Feira, onde funcionam este ano duas turmas na área da electrotecnia e na área do comércio.

6.7 – O Ensino Secundário

O ensino secundário, como vimos no início da análise do sistema educativo em Santa Maria da Feira, tem ainda um reduzido peso no conjunto do sistema.

Os alunos representam apenas 12% dos alunos que frequentam o ensino regular em todos os níveis. Este facto não é de estranhar quando se verifica que o número de alunos que não terminam o ensino

básico é certamente superior, em termos percentuais, à taxa da saída antecipada da escola e que este valor não se afastará muito do valor encontrado no censo de 2001.

Por outro lado, em Santa Maria da Feira as opções de cursar o nível secundário, para aqueles que terminaram o 9º ano, não são muitas. Existem quatro escolas de nível secundário, duas das quais privadas uma com contrato de associação com o Ministério da Educação, o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas e outra, a Escola Profissional de Paços de Brandão, que constitui a única escola profissional do concelho e que também contratualiza a sua formação com o Ministério da Educação. As restantes estão localizadas, uma na sede do concelho, a Escola Secundária com 3º ciclo de Santa Maria da Feira, e a outra em Fiães, a Escola Secundária Coelho e Castro.

Também pode ser obtido o nível secundário através da frequência de um curso no âmbito do sistema de aprendizagem, que no entanto é incipiente em termos de quantidade de oferta limitando-se ao Centro de Formação Profissional de Rio Meão e a mais dois pólos Decel em Arrifana e Cenatex em Santa Maria da Feira.

Segundo os dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional em todo o Entre Douro e Vouga apenas existiam, em 2004, 240 formandos no sistema.

Em regime nocturno, o ensino secundário recorrente é leccionado nas duas escolas secundárias e no colégio de Santa Maria de Lamas.

Em 2004/2005, estão matriculados nas quatro escolas em regime diurno 3 010 alunos correspondendo a um aumento de 1% relativamente ao número de alunos matriculados em 1999/2000. Este número de alunos matriculados corresponde a cerca de 58% da população residente no concelho, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos.

Ao longo do período de seis anos que temos estudado não existiu uma variação significativa do número de inscritos.

Tabela 38

Alunos matriculados nos cursos Gerais e Tecnológicos e Profissionais

ANO LECTIVO	Cursos Gerais		Tecnológicos e Profissionais		TOTAL
	Nº de alunos	%	Nº de alunos	%	
1999-2000	2 115	71	870	29	2 985
2000-2001	2 074	73	772	27	2 846
2001-2002	2 072	73	782	27	2 854
2002-2003	2 130	73	784	27	2 914
2003-2004	2 180	72	842	28	3 022

A divisão entre Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos e Profissionais tem sido ao longo dos últimos anos semelhante, com um pouco mais de 70% dos matriculados no ensino secundário a escolher os cursos gerais.

Até 2003/2004 os Cursos Gerais estavam divididos em quatro agrupamentos correspondendo a cada um uma dominante:

Agrupamento 1-----Dominante: Científica e Natural

Agrupamento 2-----Dominante: Artes

Agrupamento 3-----Dominante: Económico-Social

Agrupamento 4-----Dominante: Humanidades

Todas as três escolas com cursos secundários ofereciam todos os agrupamentos sendo a maior parte das escolhas para o agrupamento 1 que, em 2003/2004 era frequentado por 61% dos alunos matriculados no 10º ano dos cursos gerais do ensino secundário. Seguiu-se, em termos de escolha, o agrupamento 3, dominante das humanidades, com 17%, depois o agrupamento das artes com 12% e, finalmente, o agrupamento 3 da dominante económico-social com apenas 10% das escolhas.

É interessante verificar que entre 1999/2000 e 2003/2004 a variação das escolhas correspondeu a uma diminuição acentuada da dominante Humanidades que passou de 26% para 17% em contraponto à dominante científico natural cujas opções subiram de 53% para 61%.

A partir de 2004/2005 a revisão curricular introduziu um novo curso geral de Línguas e Literaturas, continuando as três escolas a oferecer todas as formações, apenas com a excepção do Curso de Ciências Sociais e Humanas que não é oferecido pelo Colégio de Lamas e o Curso de Línguas e Literaturas que não é oferecido pela ES Coelho e Castro.

No que respeita aos Cursos Tecnológicos a oferta resumia-se a Informática (ES Feira e Colégio de Lamas) Administração (ES Feira, ES Coelho e Castro e Colégio de Lamas), Comunicação (ES da Feira) e Electrónica (Colégio de Lamas).

A oferta da Escola profissional de Paços de Brandão situa-se também na área do Secretariado e Gestão.

Em termos de procura a escolha continua a recair sobre os Cursos Tecnológicos de Gestão e os Profissionais de Gestão e Secretariado que receberam a opção, em 2003/2004, de 56% dos alunos dos Cursos Profissionalizantes sendo seguidos pela Informática com a escolha de 30% dos alunos e, depois, a Comunicação com 9% e a Electrónica com 6%.

Se compararmos com as escolhas de 1999/2000 verificamos que a opção administração e electrónica diminuíram (representavam então 64% e 9% respectivamente) e que a informática aumentou a partir dos 20% e a Comunicação quase não variou passando apenas de 8% para 9%.

Com a nova oferta curricular cada escola captou novos cursos. Assim a Escola Secundária da Feira pode leccionar os Cursos Tecnológicos de Informática, de Multimédia, de Administração e de Desporto. A Escola Secundária Coelho e Castro pode leccionar os cursos de Administração, Ordenamento e Ambiente (não teve alunos inscritos em 2004/2005) e Acção Social. O Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas oferece formação nos cursos Tecnológicos de Electrotecnia/Electrónica, Informática, Multimédia, Marketing e Desporto.

No que respeita ao sucesso escolar, os dados recolhidos das escolas apontam para uma diversidade grande de situações. Assim, as taxas mais elevadas de insucesso recaem sobre os Cursos Tecnológicos em especial no 10º ano. A título de exemplo refira-se que em 2003/2004 a taxa mais baixa de sucesso verificou-se no 10º ano do Curso de Informática na Escola Secundária da Feira com apenas com 45,5% e a mais elevada foi exactamente no mesmo curso e na mesma escola mas no 11º ano, atingindo os 91,7%.

De qualquer modo as taxas de sucesso são sempre superiores nos cursos gerais face aos cursos tecnológicos, e naqueles é muito semelhante entre os diferentes agrupamentos atingindo um valor médio superior a 85%, nunca descendo, salvo muitas raras excepções, abaixo de 75%.

Também no ensino secundário existe a oferta de ensino nocturno neste caso em todas as três escolas.

Em 2004/2005 estão inscritos 136 alunos na Escola Secundária de Coelho e Castro, 91 alunos no Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas e 263 alunos na Escola Secundária da Feira.

6.8 – Escolas Especializadas de Música

O concelho de Santa Maria da Feira possui três escolas de música reconhecidas pelo Ministério da Educação: Academia de Música de Paços de Brandão, a Academia de Música de Santa Maria da Feira e a Escola de Música do Coral de Fornos.

No Entre Douro e Vouga apenas existem mais duas escolas de ensino artístico especializado de música.

Em todas estas escolas se ministra ensino básico e ensino secundário, embora apenas haja um aluno que articula as disciplinas da música, na Escola de Música do Coral de Fornos, com as disciplinas do ensino secundário regular.

No ensino básico o ensino articulado tem mais alunos, em Santa Maria da Feira, do que o ensino supletivo.

Tabela 39
Frequência, em 2004/2005, das escolas de música reconhecidas pelo Ministério da Educação

Escola	Ensino Básico			Ensino Secundário		Total
	Iniciações	Articulado	Supletivo	Articulado	Supletivo	
Academia de Música de Paços de Brandão	257	58	32	-	19	366
Escola de Música do Coral de Fornos	89	33	53	1	16	192
Academia de Música de Santa Maria	52	53	40	-	24	169
TOTAL	398	144	125	1	59	727

FONTE – DREN – Ministério da Educação

6.9 – Ensino superior

No concelho de Santa Maria da Feira estão localizadas duas escolas de ensino superior, uma na sede do concelho, o ISVOUGA, e a outra em Paços de Brandão, o ISPAB – Instituto Superior de Paços de Brandão.

O ISVOUGA é promovido pela Fundação Terras de Santa Maria que integra para além da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, personalidades do meio académico e um conjunto de prestigiadas empresas da região.

O ISVOUGA definiu como missão proporcionar a formação técnica superior que é necessária para o desenvolvimento económico e social do país, designadamente da região de Entre Douro e Vouga, isto é, formar quadros médios superiores capazes de proporcionar às empresas uma investigação de natureza aplicada, e o desenvolvimento experimental de soluções para resolver problemas concretos.

Para além dos cursos de nível superior que são leccionados no ISVOUGA: “Contabilidade”, “Gestão de Empresas”, “Marketing e Relações Públicas” e “Engenharia de Produção e Manutenção Industrial”, desenvolve-se também um Curso de Especialização Tecnológica (CET), “Desenvolvimento de Produtos Multimédia” com a finalidade de atribuição de uma qualificação profissional de nível IV.

O Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB) é também um estabelecimento de ensino superior particular instituído pela Fundação de Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão, entidade sem fins lucrativos, e desenvolve as suas actividades de ensino e de conhecimento científico nos domínios da gestão e da administração, da comunicação e das engenharias e tecnologias.

Fundado em Setembro de 1990, o ISPAB surgiu assente na vontade dos seus promotores em apostar fortemente em áreas tecnológicas e destinado a combater a centralização do Ensino Superior.

Actualmente, lecciona o bacharelato em “Engenharia Química Industrial”, as licenciaturas bietápicas em “Gestão e Contabilidade”, “Gestão Internacional e Exportação”, “Assessoria de Direcção” e “Relações Públicas e Publicidade” e ainda pós-graduações em “Gestão Ambiental”, “Gestão Financeira” e “Gestão da Qualidade”.

Para além dos cursos académicos de nível superior, desenvolve também cursos de formação profissional em áreas muito diversas. É também oferecida a possibilidade de obter um Diploma de Especialização Tecnológica através dos CET de “Organização e Planificação do Trabalho” e “Aplicações Informáticas de Gestão”.

6.10 – Centros Escolares de Formação Profissional

Em Santa Maria da Feira existem diversos centros escolares que têm como objectivo central o desenvolvimento da formação profissional.

Já falamos atrás da formação profissionalmente qualificante que é desenvolvida quer pela Escola Profissional de Paços de Brandão através dos cursos profissionais de nível 3, quer pelas escolas secundárias através dos cursos tecnológicos de nível 3 e dos cursos de educação-formação de nível 2.

Será importante referir também o pólo de Santa Maria da Feira da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, o Centro de Formação Profissional da Indústria de Cortiça, o Centro de Formação de Rio Meão e o Centro de Formação de Santa Isabel.

A unidade de Santa Maria da Feira da **Escola de Hotelaria e Turismo do Porto** desenvolve cursos na área da restauração: Curso de Cozinheiro e Curso de Empregado de Restauração.

Estes cursos, aos quais podem ter acesso os jovens habilitados com o 9º ano de escolaridade, para além de atribuírem uma qualificação profissional de nível 3 dão equivalência ao ensino secundário em igualdade com os restantes cursos deste nível de ensino.

O **Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça “CINCORK”**, de Santa Maria de Lamas, iniciou a sua actividade em 1985, tendo sido oficialmente instituído em Setembro de 1987 por acordo protocolar entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça do Norte, actualmente designada por APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça.

A missão do CINCORK é compreender os valores, a cultura e as necessidades de formação da fileira da cortiça, de forma a difundir conhecimentos que garantam a competitividade das empresas nos mercados nacional e internacional.

O Centro desenvolve a modalidade de formação profissional inicial segundo o Sistema de Aprendizagem, para além de diversos cursos de formação contínua.

O **Centro de Formação Profissional de Rio Meão** entrou em funcionamento em 1971 e é um dos centros administrados directamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O Centro está actualmente vocacionado para as áreas de electricidade, madeiras, metalurgia e metalomecânica, informática e serviços comerciais, administrativos e financeiros.

O Centro de Formação Profissional de Rio Meão procura constituir uma resposta nas diferentes modalidades de formação profissional inicial e contínua, bem como na formação de formadores e de gestores e quadros, conferindo a respectiva certificação profissional.

O **Centro de Formação de Santa Isabel**, situado em Arrifana, desenvolve cursos profissionais de nível II e III, incluídos no Sistema de Aprendizagem. Recorde-se que os cursos de nível II conferem equivalência ao 9º ano e os de nível III ao 12º ano de escolaridade, e todos têm uma componente de formação em posto de trabalho.

Actualmente neste centro existe o curso de nível II de Oficial cabeleireiro e os cursos de nível III de: Informática, Contabilidade e gestão, Gestão administrativa, Serviço de apoio à comunidade e Comercial.

Refira-se, ainda, a existência no concelho do **Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de Paços de Brandão**. Este centro, que integra uma rede nacional tutelada pelo Ministério da Educação, destina-se a reconhecer, validar e certificar as aprendizagens não-formais e informais obtidas ao longo da vida fora dos sistemas de educação e formação.

No desenvolvimento da sua acção pode emitir certificados de nível básico 3, 2 ou 1, sendo estes níveis equivalentes, para todos os efeitos legais, aos 3º, 2º ou 1º ciclos do ensino básico.

Criado em finais de Novembro de 2000 emitiu, até ao momento, mais de 1000 certificados (este número foi atingido em Abril de 2005) e possui uma lista de espera de mais de 500 candidatos ao processo de reconhecimento, validação e certificação.

6.11 - Projectos e programas educativos concelhios

O concelho de Santa Maria da Feira integra, desde 2002, a Associação Internacional das Cidades Educadoras. Esta rede congrega 240 cidades de todo o mundo que desenvolvem um elevado número de projectos sócio-educativos e possuem um considerável número de instituições que, de uma maneira formal ou não formal, privilegiam a educação como vector importante da sua actividade.

A mais valia da integração nesta rede assenta, essencialmente, no facilitar de troca de experiências e no acesso a projectos transnacionais.

Exemplos deste movimento transnacional são os projectos apresentados a organismos europeus, tais como o “Youth Polis”, desenvolvido em 2004, com a finalidade de promover no espaço europeu o intercâmbio, debate, propostas e desenvolvimento de projectos sobre a cidadania europeia, envolvendo as cidades de Barcelona, San Sebastian, Roma, Turim, Birmingham e Santa Maria da Feira.

Esta preocupação de internacionalização parte da vontade de transformar toda a comunidade do concelho numa comunidade aprendente, envolvendo numa multiplicidade de projectos o maior número de cidadãos de diferentes níveis etários.

Estes projectos, sobre alguns dos quais já nos fomos referindo anteriormente, cruzam diferentes sectores e diferentes eixos e visam todos eles, no essencial, melhorar a qualidade educativa do concelho, não só nos escalões etários mais baixos mas numa estratégia mais global, todos os sectores da comunidade de Santa Maria da Feira.

Poderemos apresentá-los, aproveitando o modo como está estruturada a proposta de projecto educativo do concelho, segundo três eixos:

1º - Administração e Gestão de Escolas;

2º - Apoio Educativo;

3º - Apoio à Família.

O 1º eixo engloba:

- Programa de construção e manutenção do parque escolar;
- Programa de fornecimento de mobiliário e equipamento escolar;
- Programa de requalificação dos refeitórios escolares.

Neste eixo para além dos programas de manutenção, reparação e construção do parque escolar é de salientar o investimento que tem sido feito para dotar todas as escolas, incluindo os jardins-de-infância e as escolas de 1º ciclo, dos meios informáticos necessários à modernização das aprendizagens.

Num 2º eixo, o Apoio Educativo, têm sido desenvolvidos uma grande diversidade de projectos e acções.

No campo da saúde serão de referir:

Projecto “ Alimentação e educação do consumidor” que, no seguimento dos problemas alimentares detectados no projecto “Avaliação de hábitos alimentares e do estado nutricional das crianças do 1º ciclo do concelho de Santa Maria da Feira”, está a ser implementado num agrupamento de escolas. O projecto de avaliação foi levado a cabo pela Faculdade de Ciências da Alimentação e Nutrição da Universidade do Porto e detectou, por exemplo que cerca de 14,1% das crianças observadas apresentavam excesso de peso e 16,3% apresentavam mesmo obesidade. O projecto em desenvolvimento pretende envolver não só as crianças mas também os pais e os professores no sentido de sensibilizar a comunidade para a importância de se mudarem alguns comportamentos alimentares incorrectos;

Acções avulsas de sensibilização alimentar, nomeadamente sessões sobre alimentação infantil e para os mais idosos bem como sobre alimentação saudável, de uma forma geral.

Programas de saúde oral e rastreios visuais através da colaboração da Câmara Municipal com os organismos públicos de saúde, nomeadamente o Centro de Saúde de Santa Maria da Feira e o Hospital de São Sebastião.

No campo da formação dos agentes educativos serão de referir:

Programas de formação de Professores;

Programas de formação de monitores do pré-escolar;

Acções de formação para auxiliares de acção educativa;

Programa “Escola da família” com o objectivo de enriquecer os conhecimentos dos pais, através da partilha de experiências e do aprofundamento de temas chave da infância e adolescência;

“Jornadas da Educação”, que anualmente se realizam em Maio e procuram fomentar a reflexão e a abordagem em torno das mudanças que a sociedade sofre e que transportam consigo novos desafios aos educadores;

Publicação da “Página da Educação”, permitindo a divulgação de experiências entre escolas.

Finalmente na acção directa junto das crianças, podem referir-se:

Programa “Recreio Vivo Recreio Educativo” que se destina a sensibilizar as comunidades escolares, em especial as escolas infantis, para a recuperação e preservação das áreas verdes das escolas;

Programa “Pequenos artistas” destinado aos alunos e professores do 1º ano do ensino básico e que englobou diferentes formas de arte, da expressão plástica à expressão musical, da expressão motora à expressão dramática.

Programa “Escola em movimento”, destinado a proporcionar a todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos um contacto com a expressão e a educação físico-motora, utilizando monitores especializados. Em 2003/2004 as aulas eram quinzenais, passando em 2004/2005 a semanais;

Programa “ABC do concelho” que pretende levar as crianças a conhecer a realidade de Santa Maria da Feira através de conversas com técnicos responsáveis pelas diversas áreas e que se desenrola em todas as escolas do concelho;

Programa “Férias Escolares” de ocupação nas férias grandes;

Programas de defesa do património “” A escola amiga da natureza” procurando contrariar comportamentos de agressão à natureza, “A escola adopta uma instituição” fomentando a preservação de tradições, usos e costumes de cada freguesia e promovendo a ligação da criança à sua comunidade e “ A escola adopta um monumento” procurando contribuir para o desenvolvimento das relações entre o meio artístico e cultural e as escolas.

Refira-se a importância do apoio da Câmara Municipal à realização de visitas de estudo das diferentes escolas do concelho.

Finalmente no 3º eixo, Apoio à família, podemos destacar:

Prolongamento de horário no pré-escolar e 1º ciclo;

Fornecimento de refeições escolares no pré-escolar e no 1º ciclo;

Atribuição de subsídios para aquisição de livros escolares;

Transporte escolar no ensino básico e secundário

Atribuição de bolsas de estudo para o ensino secundário e superior.

Dentro dos recursos existentes no concelho, colocados à disposição das comunidades educativas, serão ainda de salientar o Centro de Recursos Educativos Municipal, o Centro de Formação Terras da Feira e a recentemente aberta ao público Escola de Educação Rodoviária.

O **Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM)** está localizado na vila de Lobão e tem como missão criar um espaço de troca experiências para toda a comunidade educativa, alunos, docentes e não docentes, mobilizador de vontades e iniciativas. Pretende ser um espaço inovador em que os recursos humanos e materiais estejam ao serviço de novas formas de educação.

O CREM tem como objectivos gerais:

- Permitir o acesso à informação em suportes e linguagens diversificadas;
- Contribuir para uma nova organização dos tempos de aprendizagem, ensino e auto-formação;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias;
- Responder à carência de instrumentos de trabalho, nas tarefas educativas;
- Responder à falta de espaços de reflexão, troca de experiências e intercâmbio entre todos os intervenientes no processo educativo;
- Desenvolver novas aptidões e capacidades na população escolar, orientadas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- Incentivar a educação para os media;
- Colocar os recursos que dispõe em diversos suportes ao serviço da comunidade escolar.

O **Centro de Formação Terras da Feira**, criado em 1992, tem como missão promover a formação dos profissionais que desenvolvem a sua actividade na área educativa e em especial nas escolas.

O Centro está sedado na Escola Secundária de Santa Maria da Feira.

Para o seu funcionamento realiza levantamento de necessidades formativas, através da auscultação de docentes e não docentes, traduzindo-as em acções interventoras que passam por:

- Formação que tem em linha de conta não só as necessidades sentidas pelos docentes e não docentes, mas também as suas características e os contextos em que estão inseridos;
- Descentralização da formação articulada com os projectos em rede, como meios mobilizadores de toda a comunidade educativa na concretização de um projecto educativo local;
- Apoio às iniciativas das escolas associadas para a promoção de uma “educação total” em que se articulem quatro dimensões: Direitos Humanos, Paz, Ambiente e Desenvolvimento;
- Promoção de uma atitude educativa no sentido de uma “escola para todos”, não como um modelo único de escola, mas sim educando pelo respeito à diferença.

A Escola de Educação Rodoviária da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, localizada em Fiães, constitui-se como um projecto educativo inovador que nasceu do desenvolvimento de uma nova concepção de combate à sinistralidade rodoviária.

A sua missão é, pois, combater a sinistralidade rodoviária através da prevenção obtida pela educação das crianças e jovens.

São seus objectivos centrais

- Promover a educação rodoviária num processo contínuo, iniciado nos primeiros anos de escolaridade e continuado ao longo da vida;
- Desenvolver, em colaboração com as escolas do 1º ciclo do ensino básico e com os jardins-de-infância, projectos educativos que visem a educação e a segurança rodoviária, estimulando os pais a ensinar os filhos a conviver com o ambiente rodoviário;
- Dinamizar, em colaboração com escolas de diferentes níveis e com associações culturais, um conjunto de actividades para alertar toda a comunidade para a Segurança Rodoviária.

7 – Síntese do diagnóstico

Façamos agora a síntese da situação educativa em Santa Maria da Feira.

O concelho de Santa Maria da Feira tem como características principais uma grande extensão com uma grande diversidade de contextos sociais e económicos, em que a ruralidade se mistura com o desenvolvimento industrial.

Possui um grande número de centros populacionais importantes, com mais de 5 000 habitantes, o que se traduz na existência de três cidades e treze vilas.

Em contraponto existem cinco freguesias com menos de 1 500 habitantes.

Por outro lado, a qualidade crescente das acessibilidades, a sua proximidade à costa marítima, a integração na Área Metropolitana do Porto, a sua facilidade de comunicação com esta cidade, em distância e tempo, e o dinamismo que tem demonstrado nos últimos anos, em áreas diversas desde a produção de bens às actividades culturais, faz com que se possam prever óptimas condições para o desenvolvimento do concelho.

Mas para que o desenvolvimento se faça de forma sustentada a aposta na educação terá de ser cada vez mais reforçada e alguns pontos fracos que este sector apresenta têm de ser combatidos.

A observação do panorama educativo, que o censo de 2001 mostrou, transporta consigo o enunciado de questões, que se colocam a toda a comunidade.

Estas questões cruzam os diferentes segmentos do sistema educativo.

No que respeita à educação pré-escolar, a taxa de cobertura do concelho, apesar dos progressos alcançados, não é ainda suficiente para transformar este subsistema numa verdadeira antecâmara de entrada do ensino básico.

Muitos estudos apontam a necessidade de universalizar a educação pré-escolar, para que possam ser dadas a todas as crianças condições para a obtenção do êxito no sistema de ensino. Isto, pelo menos, para as crianças com 5 anos de idade. Isto, aliás, começa já a ser uma tendência generalizada, seguida pelos países da União Europeia, tendo em vista combater as desigualdades sociais e familiares existentes na sociedade.

Ora a taxa de pré-escolarização é, actualmente, em Santa Maria da Feira de 81,4% faltando ainda dar alguns passos para que o pré-escolar possa atingir toda a população.

E se o pré-escolar, no seu conjunto, ainda não está disponível para todos, a situação é, naturalmente mais evidente, quando olhamos para as crianças mais novas, com 3 anos de idade, onde, este ano, se verificava uma taxa de pré-escolarização de 57,7%.

Saliente-se a importância que tem tido o Programa de Apoio à Família desenvolvido pelo município e que se traduz já num apoio a 41,8% de todas as crianças inscritas nos jardins-de-infância públicos.

Este programa tem também sido desenvolvido e ampliado no 1º ciclo do ensino básico, onde começa a ter uma importância significativa, ligando-se, intimamente, com o combate ao abandono e insucesso escolar.

Apesar dos números, recolhidos junto dos diferentes agrupamentos de escola, parecerem demonstrar que a incidência do abandono no primeiro ciclo não tem significado, a verdade é que a taxa de

insucesso que foi possível apurar é elevada. Esta taxa atingiu, em 2003/2004, um valor médio no ciclo de 5%, sendo a sua incidência real sobre o grupo de alunos, que frequenta o ciclo, superior.

Para ter uma imagem mais fiável sobre a eficiência da escola, haveria necessidade de determinar qual o número de crianças que consegue concluir este 1º ciclo do ensino básico nos quatro anos de permanência normal.

O número de crianças que frequenta o 1º ciclo tem-se mantido quase inalterável ao longo dos anos o que tem permitido manter um parque escolar quantitativamente estável, em que nos últimos seis anos apenas viu aparecer uma nova escola na sede do concelho, a EB1 do Cavaco, e encerrar duas, uma na freguesia de Canedo, a EB1 de Rebordelo, e a outra em Vila Maior, a EB1 da Presinha n.º 2. No ano em que encerraram a primeira tinha já apenas 4 alunos e a segunda 6.

Os problemas colocam-se do ponto de vista qualitativo. O município herdou do Ministério da Educação um conjunto de escolas num acentuado estado de degradação sobre o qual tem desenvolvido um enorme esforço de recuperação e reabilitação. Acresce que grande parte destas escolas não possuía as infra-estruturas necessárias ao bom desenvolvimento do crescimento da criança e à sua aprendizagem.

Apenas oito escolas possuem instalações para ter biblioteca própria e mesmo se considerarmos a possibilidade de utilizar outra biblioteca pública local, há ainda treze freguesias que não a possuem.

O conjunto de escolas, com menos de quatro salas, atinge um valor superior a 45% do total de escolas, o que significa que quase metade das escolas não pode desenvolver com normalidade um projecto coerente com os princípios do próprio ensino básico, já que não pode funcionar com uma turma por ano de escolaridade ou, quase o faça terá de funcionar em regime de desdobramento.

Um outro problema prende-se com a existência de menos de quatro turmas em metade das escolas do concelho. Ora a dificuldade que existe em assegurar uma assistência individualizada dentro de um grupo que se encontre no mesmo ano de escolaridade aumenta quando se misturam alunos de mais de um ano de aprendizagem e mais quando, como em cinco escolas apenas é formada uma turma.

No segundo e terceiro ciclos o problema que se coloca com mais acuidade é o abandono e o insucesso. As taxas que se calcularam para 2003/2004 mostram que só no ano passado terão abandonado a escola, sem concluir o ensino básico e sem terem ainda atingido os 15 anos de idade, mais de 120 crianças,

Por outro lado, os mesmos dados mostram que as taxas de insucesso nestes ciclos continuam muito elevadas. Em especial é altamente preocupante o valor, 23%, que a taxa de insucesso atingiu, em 2003/2004, no 7º ano de escolaridade.

Estes valores confirmam as taxas que o censo de 2001 apontava para a saída antecipada já que muitos dos jovens acumulam insucesso ano após ano no ensino básico acabando por abandonar a escola sem terem terminado o 9º ano já depois dos quinze anos de idade.

O número de matriculados no ensino recorrente mostra, por outro lado, que poucos são aqueles que retornam mais tarde à escola para concluir o ensino básico de modo a poderem continuar a sua formação nos níveis seguintes.

No ensino secundário, o primeiro apontamento prende-se com o facto de apenas uma parte muito restrita da população aceder a este nível de ensino. Algumas das razões para que isso aconteça, já aqui foram por várias vezes referidas. A elevada taxa de abandono no ensino básico e o elevado insucesso neste nível de ensino implicam que poucos sejam aqueles que se encontrem em condições de frequentar o ensino secundário.

Deve acrescentar-se também àquela lista a pouca atractividade da oferta deste nível de ensino, a desvalorização a que socialmente continuam votadas as formações profissionalizantes e a falta de informação e orientação profissional durante o ensino básico, como causas que conduzem a que sejam poucos os jovens que acedem ao ensino profissionalizante.

Finalmente um terceiro conjunto de razões prende-se com a forma de organização da escola e dos cursos, completamente direccionados para o ensino superior, pouco ajustados aos interesses e necessidades de grande parte dos alunos e que provocam um grande fosso logo após o 9º ano. E é neste fosso que surge o elevado insucesso no 10º ano que conduz à desmotivação e ao abandono da formação.

Mas não é só o desenvolvimento curricular que privilegia o ensino superior. Toda a organização do sistema educativo, neste nível de ensino, está dirigida nesse sentido. Basta observar que os indicadores mais divulgados pelo Ministério da Educação relativos ao êxito ou inêxito de uma escola, são os resultados obtidos pelos seus alunos nos exames, de nível nacional, que têm como preocupação prática central a ordenação dos candidatos tendo em vista o acesso ao ensino superior.

Fora deste quadro de ensino “regular” as outras ofertas formativas são também muito débeis. Refira-se, a título de exemplo, que o sistema de aprendizagem, em toda a área abrangida pelo Centro de Emprego de S. João da Madeira que cobre os concelhos de Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, foi frequentado, em 2004, por apenas 240 formandos, menos de metade dos que existiam no ano 2000.

Ressalve-se apenas, neste quadro, a existência de três escolas de música no concelho, que propiciam a possibilidade de uma educação artística a uma significativa quantidade de jovens.

Este quadro escolar, com todas as dificuldades apontadas, é acompanhado por fortes potencialidades de desenvolvimento.

Por um lado, existe uma grande quantidade de equipamentos culturais e associações diversas, espalhados pelas freguesias do concelho, que podem constituir, se devidamente aproveitados, pólos dinamizadores de uma educação ao longo da vida, apoiada e apoiando-se na educação escolar. A utilização destes equipamentos, incentivada e enquadrada pelo município, pode permitir um avanço colectivo de cada uma das comunidades locais.

O Europarque e o Visionarium nele integrado, constituem recursos de grande valor se devidamente aproveitados.

Não é também de esquecer o papel que a Biblioteca Municipal tem desempenhado no sector educativo, nomeadamente através do elevado número de pólos que foram criados em freguesias do concelho.

A existência de uma política educativa municipal empenhada, desenvolvida por um Pelouro de Educação que integra técnicos habilitados e com competências multidisciplinares, faz com que o Município desempenhe um papel activo e mobilizador, sobretudo junto do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, sectores que se encontram integrados, mais directamente, no âmbito das suas competências.

A dinâmica a que se assiste no concelho e que tem permitido as melhorias significativas da situação educativa que foram sendo apontadas ao longo da análise constitui um “fermento” que tem certamente um poder multiplicador relativamente aos resultados obtidos.

Em resumo, poderemos apontar alguns pontos fortes e alguns pontos fracos do ponto de vista educativo do concelho de Santa Maria da Feira.

- Pontos fortes:

- Taxa de cobertura do pré-escolar a registar grande progresso;
- Existência de um número significativo de equipamentos educativos espalhados ao longo do concelho;
- Forte envolvimento da Câmara Municipal no apoio ao desenvolvimento dos projectos educativos das escolas dos diferentes níveis
- Grande investimento nas infra-estruturas escolares e na criação de condições promotoras do sucesso educativo.

- Pontos fracos:

- Pré-escolar ainda longe da universalização;
- Elevado número de escolas do 1º ciclo de pequena dimensão;
- Elevada taxa de abandono escolar especialmente nos 2º e 3º ciclos;
- Elevados valores na saída antecipada e na saída precoce;
- Elevado insucesso em todos os sectores de ensino, com especial incidência no 3º ciclo e no secundário tecnológico;
- Baixa taxa de frequência do ensino secundário;
- Fraca oferta de formação profissionalizante.

8 – Medidas Propostas

Realizado o diagnóstico da situação educativa do concelho de Santa Maria da Feira coloca-se agora a questão sobre que medidas devem ser tomadas a curto e médio prazo para melhorar o desempenho do sistema.

O município promove já o desenvolvimento de um conjunto de projectos que constituem um primeiro e importante passo para modificar a situação e contribuir para superar os problemas educativos do concelho.

A existência de um programa que integre os projectos educativos das escolas e que lhes dê uma unidade municipal, pode constituir um catalizador dos vários esforços individualizados em torno de objectivos mais gerais.

Tomando como base os pontos fracos enunciados no diagnóstico podemos desenvolver as medidas a tomar segundo quatro eixos que se dividirão em diversas medidas.

1º Eixo - Reabilitação do parque escolar

2º Eixo – Combate ao abandono e ao insucesso escolar

3º Eixo – Melhoria da qualidade de ensino

4º Eixo – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades

Os critérios gerais para a formulação das propostas são:

1º - Aumento da taxa de pré-escolarização nas freguesias onde ainda não foi atingido a universalização deste subsistema educativo, construindo sempre que necessário salas;

2º - Substituição dos edifícios, onde funcionem escolas do 1º ciclo ou jardins-de-infância, pré-fabricados ou que se encontrem em mau estado;

3º - Melhoria das condições físicas oferecidas pelas diferentes escolas;

4º - Progressão no sentido de diminuir o número de escolas de 1º ciclo que funcionam com menos de quatro turmas;

5º - Progressão no sentido da diminuição do número de escolas a funcionar em regime de desdobramento;

6º - Melhoria da qualidade dos apoios socio-educativos;

7º - Criação nas escolas de 1º ciclo, de maior dimensão, de uma biblioteca escolar colocando-a ao serviço do resto da comunidade, em especial das restantes escolas;

8º - Criação de condições para que as escolas tenham acesso directo a instalações desportivas;

9º - Manutenção de logradouros com área suficiente em cada escola de acordo com o número de alunos que a frequenta;

10º - Diminuição das taxas de abandono escolar;

11º - Diminuição das taxas de saída antecipada e de saída precoce;

12º - Aumento da qualidade de ensino.

13º - Rentabilização dos meios existentes.

EIXO 1 – Reabilitação do parque escolar

Medida 1.1 – Construção de novas salas para a educação pré-escolar

As propostas de actuação ao nível da freguesia quanto à construção de salas para o pré-escolar encontram-se justificadas no anexo 1 e têm como base:

- as baixas taxas de pré-escolarização da freguesia
- a existência, em funcionamento, de instalações degradadas.

As propostas tiveram em linha de conta que, sempre que possível, seja dada prioridade à ampliação de edifícios já existentes em detrimento de novas construções independentes e ao aproveitamento de edifícios onde funcionem escolas de 1º ciclo que venham a ser desactivadas.

As intervenções a realizar estão listadas no quadro apresentado mais à frente.

Medida 1.2 – Ampliação de escolas do 1º ciclo

As ampliações de escolas de 1º ciclo, que constam da tabela seguinte, têm uma de duas finalidades:

- Criar condições para que a escola possa funcionar com o mínimo de quatro turmas e/ou em regime normal;
- Dotar a escola de equipamentos socio-educativos que não possui.

A justificação para cada situação encontra-se na análise feita freguesia a freguesia constante do Anexo 1.

Medida 1.3 – Construção de novas escolas de 1º ciclo

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições.

As propostas constam também da tabela seguinte.

Medida 1.4 – Criação de uma EB 2,3 na freguesia de Souto

A proposta de criação de uma nova EB 2,3 na freguesia de Souto assenta nas seguintes justificações:

Congestionamento actual da EB 2,3 Fernando Pessoa que actualmente serve as freguesias de Santa Maria da Feira (parte), Espargo, Mosteirô, Souto e Travanca

O previsível aumento de população do ensino secundário irá obrigar a um reajuste entre as escolas de Santa Maria da Feira com um aumento previsível de carga na EB 2,3 Fernando Pessoa

Servirá as freguesias de Mosteirô, Souto e Travanca

A população base abrangida era de 9 079 habitantes em 2001

Previsivelmente a população actual a escolarizar (10-14 anos) é de 672 alunos.

A escola deverá ter 25 turmas.

Medida 1.5 – Criação de uma nova Escola Secundária em Santa Maria da Feira

A proposta de criação de uma nova escola secundária em Santa Maria da Feira, em local a designar, assenta nas seguintes justificações:

A Escola Secundária da Feira está saturada;

É necessário aumentar as taxas de escolarização no nível secundário, no concelho, actualmente com um valor que não atinge os 50%;

Para uma população residente no concelho, de idade ideal correspondente ao ensino secundário (15-17 anos), de 4 989 jovens, número obtido por projecção do censo de 2001, existem apenas três escolas com ensino secundário regular, uma das quais promovida por uma entidade privada;

A escola deverá ser prevista para 18 turmas.

EIXO 2 – Combate ao abandono e ao insucesso escolar

O combate ao insucesso e abandono escolar passa em primeiro lugar por envolver e responsabilizar cada escola e cada comunidade perante os resultados obtidos. Nesse sentido, há que envolver todos os interessados no acto educativo, pais professores e outros funcionários das escolas, colectividades locais, autoridades locais, empresas, etc., de modo a que mais intensamente contribuam para a melhoria do sistema educativo.

Para começar é necessário adaptar a cada comunidade local, freguesia ou escola, os diagnósticos já realizados a nível nacional e a nível concelhio, definindo concretamente quais as razões que, de forma mais gravosa, nesse local contribuem para o insucesso e abandono escolar.

Simultaneamente deve ser elaborado um plano de actuação concreta, com objectivos específicos claros, quantificáveis e de curto prazo, tendo em vista a diminuição do insucesso existente.

É necessário que todos tenham consciência que os resultados que forem conseguidos não servirão apenas para os alunos ou para as escolas. Importa, pois, que sejam criadas redes de cooperação e que estas redes sejam dinamizadas pelos órgãos directivos das diferentes escolas.

Medida 2.1 – Dinamização da criação de redes de cooperação, por freguesia, tendo em vista o combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Esta dinamização deverá ter como base os órgãos de direcção dos agrupamentos de escolas, competindo ao Conselho Municipal de Educação, em colaboração com o Pelouro da Educação da Câmara Municipal, a coordenação e orientação a nível municipal.

Medida 2.2 – Dinamização de um projecto de combate ao insucesso e à saída da escola em cada escola do ensino secundário

Conforme atrás foi afirmado só é possível o combate ao insucesso e à deserção escolar se cada comunidade tiver um papel activo nesse combate.

Também no ensino secundário cada comunidade educativa deve ter um papel activo. Este papel activo passa pela definição e implementação de um plano com pequenos passos que envolva diferentes parceiros e dinamizado pelas estruturas que dirigem administrativa e pedagogicamente cada escola.

Medida 2.3 – Avaliação e desenvolvimento dos programas de apoio à família

Os programas que o município tem desenvolvido de apoio à família constituem passos importantes no combate à exclusão escolar que são de manter e aprofundar.

Em especial é de salientar a importância do programa de fornecimento de refeições escolares, de transportes de crianças, de prolongamento de horário nas escolas de 1º ciclo e da concessão de bolsas de estudo quer para o ensino secundário quer para o ensino superior.

Importa promover a avaliação do impacto destas medidas e o alargamento do seu âmbito, envolvendo os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais, a Câmara Municipal e as instituições das freguesias.

EIXO 3 – Melhoria da qualidade de ensino

A qualidade de ensino, o aumento da sua eficácia na formação dos jovens cidadãos, não está dissociada do combate ao insucesso e ao abandono escolar mas merece uma atenção especial.

Importa que a acção da escola tenha cada vez mais melhores resultados. Não se trata só da diminuição do abandono e das taxas de insucesso mas também da criação de condições complementares que permitam o desenvolvimento da excelência no interior da escola.

Entenda-se aqui por excelência a possibilidade de criar condições de melhorar o desempenho de todos os cidadãos sem excluir aqueles que melhores condições tenham para o fazer.

A escola não deve ser só um lugar de inclusão deve ser um local de desenvolvimento de potencialidade que cada um possua.

Importa pois acarinhar as acções que possam contribuir para as escolas possam alcançar uma qualidade educativa e formativa cada vez melhor.

Medida 3.1 – Dinamização e apoio ao processo de auto-avaliação das escolas

Para que possa ser atingida uma melhor qualidade do processo educativo é necessário que em cada momento seja promovida a sua avaliação pela organização que o desenvolve.

Não se trata de avaliar o desempenho dos alunos mas sim o desempenho de toda organização, da sua estrutura, e de cada parte que a compõe tendo em vista detectar pontos fortes e pontos fracos que importa corrigir.

É a partir desta avaliação que é possível definir planos de melhoria que conduzam a melhores resultados

Apesar da auto-avaliação ser uma tarefa de cada escola importa apoiar externamente, dinamizando o processo e promovendo a troca de experiências e de resolução de dificuldades.

Medida 3.2 – Divulgação, anual, dos resultados de desempenho do sistema educativo e formativo do concelho e de cada unidade que o compõe.

Interessa que sejam prestadas contas à comunidade sobre os resultados que vão sendo alcançados pelo sistema educativo e formativo.

Isto será possível através da publicação de um anuário municipal que transmita os êxitos, as dificuldades e os projectos para o futuro.

Medida 3.3 – Apoio à formação dos agentes educativos

O município tem já apoiado o desenvolvimento de programas de formação de monitores e professores, de pais e encarregados de educação e de pessoal auxiliar.

A avaliação do desenvolvimento das acções foi realizada no seu final, mas é também importante avaliar o impacto que tiveram na melhoria de desempenho de cada um.

Importa também aprofundar o desenvolvimento destes programas de formação em especial daqueles em que se tenha verificado assumirem um maior relevo para a melhoria de actuação de cada interveniente.

EIXO 4 – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades

Um dos factores de constrangimento do processo educativo prende-se com a pouca procura que as formações profissionalizantes têm. Isto deve-se, como vimos, a diversos factores que interessa combater de uma forma concreta. Vamos referir três:

- Desvalorização social das formações
- Falta de informação e orientação profissional
- Desadequação das formações oferecidas.

Um estudo realizado há pouco tempo para o NUT III do Entre Douro e Vouga propunha, face à gravidade da situação no que respeita à formação de técnicos intermédios, uma acção intermunicipal de emergência como contributo para resolução daquele problema. Esta proposta ainda não teve um seguimento no terreno pelo que, sem prejuízo da acção concertada entre municípios, algumas medidas possam ser tomadas no imediato.

Medida 4.1 – Criação de um órgão municipal para a formação

Este órgão, que deverá funcionar sob a supervisão do Conselho Municipal de Educação, terá como finalidade:

- Verificar em cada momento e de forma prospectiva as necessidades de formação do concelho
- Colaborar com os centros formativos: escolas secundárias, escolas profissionais e centros de formação, na definição e proposta às entidades competentes de novas formações;
- Informar continuamente os jovens e as famílias das oportunidades de formação existentes;

- Apoiar com informação actualizada os processos de orientação, nomeadamente os existentes nos diferentes estabelecimentos de ensino básico;
- Apoiar o estabelecimento de redes entre centros formativos e empresas, tendo em vista o desenvolvimento de processos de estágio, de integração de novos técnicos, de apoio à formação, etc. ;
- Desenvolver processos de troca de experiências de sucesso entre as entidades formadoras;
- Desenvolver processos de avaliação de resultados escolares e extra-escolares da formação: adequação da formação, empregabilidade, etc.

Medida 4.2 – Apoio ao desenvolvimento do ensino profissional e à promoção de uma nova escola profissional em Santa Maria da Feira

A existência de uma limitada rede de oferta de formação de técnicos intermédios e a não existência de uma coordenação intermunicipal entre redes formativas dão força à necessidade de novos cursos na Escola Profissional de Paços de Brandão e à criação de uma nova escola profissional medidas que possam responder às lacunas existentes.

Podem apontar-se desde já as lacunas existentes na formação de técnicos em áreas de formação tão diversas como o Comércio, o Marketing, o enquadramento nas organizações e empresas, a engenharia química, a automação, a construção civil, a protecção do ambiente,....